



Universidade Eduardo Mondlane



FACULDADE DE AGRONOMIA E ENGENHARIA FLORESTAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

MUSSÁ ABDUL REMANE

Multifuncionalidade de Agricultura Familiar no Distrito de Chibuto

Maputo

2014

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE AGRONOMIA E ENGENHARIA FLORESTAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

MUSSÁ ABDUL REMANE

Multifuncionalidade de Agricultura Familiar no Distrito de Chibuto

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrário da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestrado em Desenvolvimento Rural

Supervisor: Prof. Doutor Cláudio Artur Mungói

Maputo

2014

MUSSÁ ABDUL REMANE

Multifuncionalidade de Agricultura Familiar no Distrito de Chibuto

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrário da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal da Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestrado em Desenvolvimento Rural

Supervisor: Prof. Doutor Cláudio Artur Mungói

Maputo, Julho de 2014

O Júri

O Supervisor

O Presidente

O Arguente

INDICE

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	iv
ÍNDICE DE TABELAS	v
ÍNDICE DE FIGURAS	v
ÍNDICE DE GRÁFICOS	vi
DECLARAÇÃO DE HONRA	vii
DEDICATÓRIA	viii
AGRADECIMENTOS	ix
RESUMO	x
1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Contextualização	11
1.2. Justificativa.....	18
1.3. Problema do Estudo	19
1.4. Objectivos.....	21
1.4.1. Objectivo Geral.....	21
1.4.2. Objectivos Específicos	21
1.5. Questões de Pesquisa	21
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
2.1. Tipo de Pesquisa	23
2.2. Revisão Bibliográfica.....	23
2.3. Recolha de Dados	23
2.4. Amostra e Tipo de Amostragem.....	25
2.5. Análise e Interpretação dos Dados	27
3. QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL	28
3.1. Território e Desenvolvimento Territorial.....	28
3.2. Enfoque sobre a Multifuncionalidade da Agricultura Familiar.....	31
3.3. Multifuncionalidade da Agricultura Familiar e Enfoque Territorial	33
3.4. Agricultura Familiar	36
4. DESEMPENHO DAS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DE AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO DE CHIBUTO.....	39
4.1. Aspectos Multifuncionais de agricultura familiar do distrito de Chibuto.....	39

4.1.1. Reprodução socioeconómica das famílias rurais	39
4.1.2. Segurança Alimentar das Famílias Rurais e da Sociedade	51
4.1.3. Manutenção do tecido social e cultural	61
4.1.4. Preservação dos recursos naturais e paisagem rural	65
4.2. Factores determinantes do desempenho das múltiplas funções de agricultura desenvolvida pelas famílias rurais	72
4.2.1. Projectos colectivos	72
4.2.2. Iniciativas privadas	76
4.2.3. Iniciativas individuais dispersas ou fragmentadas	79
4.2.4. Políticas públicas	81
5. CONCLUSÃO	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
APÉNDICE	95
ANEXO	Error! Bookmark not defined.

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas
SDAEC	Serviços Distritais de Actividades Económicas de Chibuto
PA's	Postos Administrativos
PA	Posto Administrativo
MAE	Ministério de Administração Estatal
MPD	Ministério de Planificação e Desenvolvimento
FAO	Food and Agriculture Organization
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
INE	Instituto Nacional de Estatística
RM	Republica de Moçambique
ORAM	Organização Rural de Ajuda Mutua
F	Feijão
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
AF	Agregado Familiar
INAS	Instituto Nacional de Estatística
CMCC	Conselho Municipal da Cidade de Chibuto
Prod	Produção
Rend	Rendimento
ha	Hectar
has	Hetares
Gerg.	Gergelim
ton.	Toneladas

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: População do Distrito de Chibuto.....	15
Tabela 2: Agregados Familiares em Postos Administrativos.....	16
Tabela 3: Perfil do Agregado Familiar e do chefe da família.....	40
Tabela 4: Outras actividades exercidas pelo chefe do agregado familiar.....	45
Tabela 5: Permanência da família na comunidade.....	50
Tabela 6: Perfil da produção.....	52
Tabela 7: Balanço da 1ª Época, 2011-2012, para os PA's.....	53
Tabela 8: Balanço da 2ª época 2012.....	53
Tabela 9: Evolução da 1ª Época, 2012-2013.....	54
Tabela 10: Instrumentos usados para a produção e a área cultivada.....	55
Tabela 11: Aspectos característicos da segurança alimentar.....	59
Tabela 12: Aspectos característicos da segurança alimentar.....	60
Tabela 13: Manutenção dos hábitos e costumes do agregado familiar.....	62
Tabela 14: Manutenção dos hábitos e costumes da comunidade.....	63
Tabela 15: Técnicas usadas na agricultura praticada pelas famílias rurais dos três PA's.....	66
Tabela 16: Desmatamento e/ou queimada na área do cultivo.....	67
Tabela 17: Problemas enfrentados pela agricultura desenvolvida pelas famílias rurais dos PAs observados.....	71
Tabela 18: Participação dos membros dos AF's nos projectos colectivos.....	74
Tabela 19: Indicadores da influência de políticas públicas no desempenho das múltiplas funções de agricultura praticada pelas famílias rurais dos PA's observados.....	84

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Localização do Distrito de Chibuto.....	13
Figura 2: Mapa da Divisão Administrativa do Distrito de Chibuto.....	14
Figura 3: Relação entre multifuncionalidade de agricultura, actividades rurais e território.....	35
Figura 4: Moageira Dona Quilda, Chaimite.....	58
Figura 5: Queimada numa das áreas a cultivar em Malehice.....	68
Figura 6: Desmatamento e Queimada numa das áreas a cultivar em Malehice.....	69

Figura 7. Presença de pragas na folha de couve em Malehice.....	70
Figura 8. Produção de tomate na machamba privada, em Chaimite.....	78
Figura 9. Produção de tomate na machamba privada, em Chaimite.....	78

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Outra actividade exercida pelo chefe do agregado familiar para além de agricultura.....	44
Gráfico 2: Número de membros da família que trabalham na propriedade familiar.....	46
Gráfico 3. Números de pessoas que trabalham na propriedade familiar mas que não fazem parte da família.....	47
Gráfico 4. Renda monetária do agregado familiar.....	48
Gráfico 5. Destino da produção.....	57
Gráfico 6: Processamento regular de matéria-prima.....	58
Gráfico 7: Problemas encontrados na produção.....	59
Gráfico 8. Algumas iniciativas individuais.....	80
Gráfico 9. Fonte de crédito para actividade agrícola.....	82

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro que esta Dissertação é resultado da minha investigação pessoal e das orientações do meu supervisor, o seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia final.

Declaro ainda que este trabalho não foi apresentado em nenhuma outra instituição para a obtenção de qualquer grau académico.

Maputo, 23 de Outubro de 2014

O candidato

(Mussá Abdul Remane)

DEDICATÓRIA

À minha mãe e ao meu avô

AGRADECIMENTOS

A elaboração da presente dissertação contou com a contribuição de pessoas e instituições a quem são endereçados os meus agradecimentos:

- Ao meu supervisor Prof. Doutor Cláudio Artur Mungoi, pelas observações críticas e correções ao trabalho, bem como pelo todo apoio extraordinário que tem-me dado;
- Aos Professores, corpo técnico-administrativo da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal (FAEF) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), especialmente aos Profs. Doutores Luís Artur e Eunice Cavane e Mestre Ivan Remane pelos ensinamentos e apoios técnicos;
- Aos professores da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM, especialmente ao Professor Doutor José Menete e Professora Doutora Inês Raimundo pelos ensinamentos e apoios por eles dados;
- À Universidade Zambeze pela concessão da Bolsa de estudo;
- Ao Conselho Islâmico de Moçambique pelo apoio moral e financeiro;
- À Universidade Pedagógica Sagrada Família pela dispensa durante o trabalho de campo;
- Aos colegas do curso de mestrado, especialmente aos do mestrado em desenvolvimento rural da FAEF pela boa convivência académica, amizade e apoio em todos os momentos;
- À Mirza Jumá que esteve do meu lado em todos os momentos, incansavelmente;
- À minha mãe, meu pai, meus avôs, meus tios especialmente Sufiano Suleimane e Laila Remane, meus irmãos, pelo carinho e compreensão;
- À todos que não foram aqui mencionados, mas que de forma directa ou indirecta deram o seu contributo para a realização desta pesquisa fica registada a minha imensa gratidão.

RESUMO

Analisou-se nesta dissertação o desempenho das múltiplas funções de agricultura familiar no distrito de Chibuto, tendo como áreas amostrais os postos administrativos de Malehice, Chibuto-sede e Chaimite. Procurou-se descrever os aspectos multifuncionais da agricultura praticada pelo sector familiar, destacando-se a reprodução socioeconómica, a segurança alimentar, a manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e paisagem rural do distrito. Também foram identificados e explicados os factores que influem no desempenho dessas funções, nomeadamente, as dinâmicas territoriais e os projectos colectivos. Deste modo, ao aplicar o método de abordagem quanti-qualidade, materializado pelo de procedimento observacional e pelas técnicas de entrevista semi-estruturada e de observação directa, buscou-se demonstrar ao longo da análise, através da relação entre os dados empíricos obtidos nos postos administrativos em referência e os dados teóricos fundamentados na teoria sobre território e desenvolvimento territorial, que o desempenho das múltiplas funções de agricultura praticada pelo sector familiar expressava-se pelo baixo rendimento monetário familiar, desemprego elevado, segurança alimentar reduzida, perda de hábitos e costumes familiares e da comunidade, baixo nível de uso de técnicas de conservação dos solos. Este cenário encontra sua explicação no baixo nível de associativismo dos membros das famílias e da comunidade, na fraca capacidade institucional embora nota-se algum esforço por parte das instituições públicas e privadas em proporcionar o apoio na produção, no associativismo e na disponibilização dos serviços sociais básicos às famílias camponesas. As iniciativas individuais dispersas ou fragmentadas, nomeadamente a pesca artesanal, a extração de lenha, a venda de alguns produtos agrícolas e mais, tem sido um recurso às famílias para garantir a sua reprodução socioeconómica e a segurança alimentar. As políticas públicas não têm-se reportado na sua plenitude com convergência, sobretudo na disponibilização do crédito agrícola. Deste modo, é necessário que se incorpore a noção de multifuncionalidade de agricultura como modelo dinamizador de desenvolvimento rural sustentável no distrito.

Palavras-chave: Multifuncionalidade, Agricultura Familiar, Território, Desenvolvimento Territorial

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

Em decorrência do capitalismo na esfera global que veio concentrar e consumir a produção nas mãos de um grupo restrito de indivíduos que comandam o mundo, o Homem procurou novas alternativas de usar e aproveitar de forma sustentável os recursos naturais disponíveis para a satisfação das suas necessidades.

A expansão da agricultura comercial nas áreas desocupadas, que se verificou no contexto económico do século XX e início do século XXI, impulsionou a emergência do proletariado nas zonas rurais. Em muitos países capitalistas emergiram movimentos dos trabalhadores rurais que visavam a reforma no sector agrário, pois estes eram excluídos do sistema de liberalização comercial, ou seja, as políticas mercantis restringiam a inserção destes no acesso ao mercado. Surge, nesse contexto, um novo debate sobre a concepção da agricultura familiar virada ao seu contributo no desenvolvimento rural sustentável.

A discussão sobre a nova trajectória de desenvolvimento rural é extremamente complexa que inclui duas características fundamentais: a diversidade – de actores envolvidos, de actividades empreendidas e de padrões de motivação emergentes – e a multifuncionalidade, que implica a reconfiguração no uso dos recursos como terra, trabalho, conhecimento e natureza (KAGEYAMA, s/d).

No âmbito da reforma do sector agrário, na Rodada de Uruguai (1986-1994) estabeleceu-se disciplinas efectivas para a agricultura abrangendo o acesso a mercados, subsídios à produção e apoios a exportação. No mesmo país, no contexto das preocupações não-comerciais, expressão usada para referir-se aos objectivos como a segurança alimentar, considerações sociais e ambientais, levantou-se a questão da multifuncionalidade do sector agrário relacionando-se com as preocupações em causa. Então, a agricultura seria multifuncional porque desempenha várias funções associadas a produção, tais como as externalidades e bens públicos (MESQUITA, 2005).

Actualmente, a noção da multifuncionalidade é tomada como um novo olhar sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interacção entre famílias rurais e territórios na dinâmica da reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integridade e não apenas

seus componentes económicos (CAZELLA, et al, 2009). Neste âmbito, a multifuncionalidade da agricultura familiar inclui quatro funções fundamentais que reflectem aspectos de cada contexto sócio-espacial ou territorial, nomeadamente: Reprodução socioeconómica das famílias rurais; Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; Manutenção do tecido social e cultural; Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

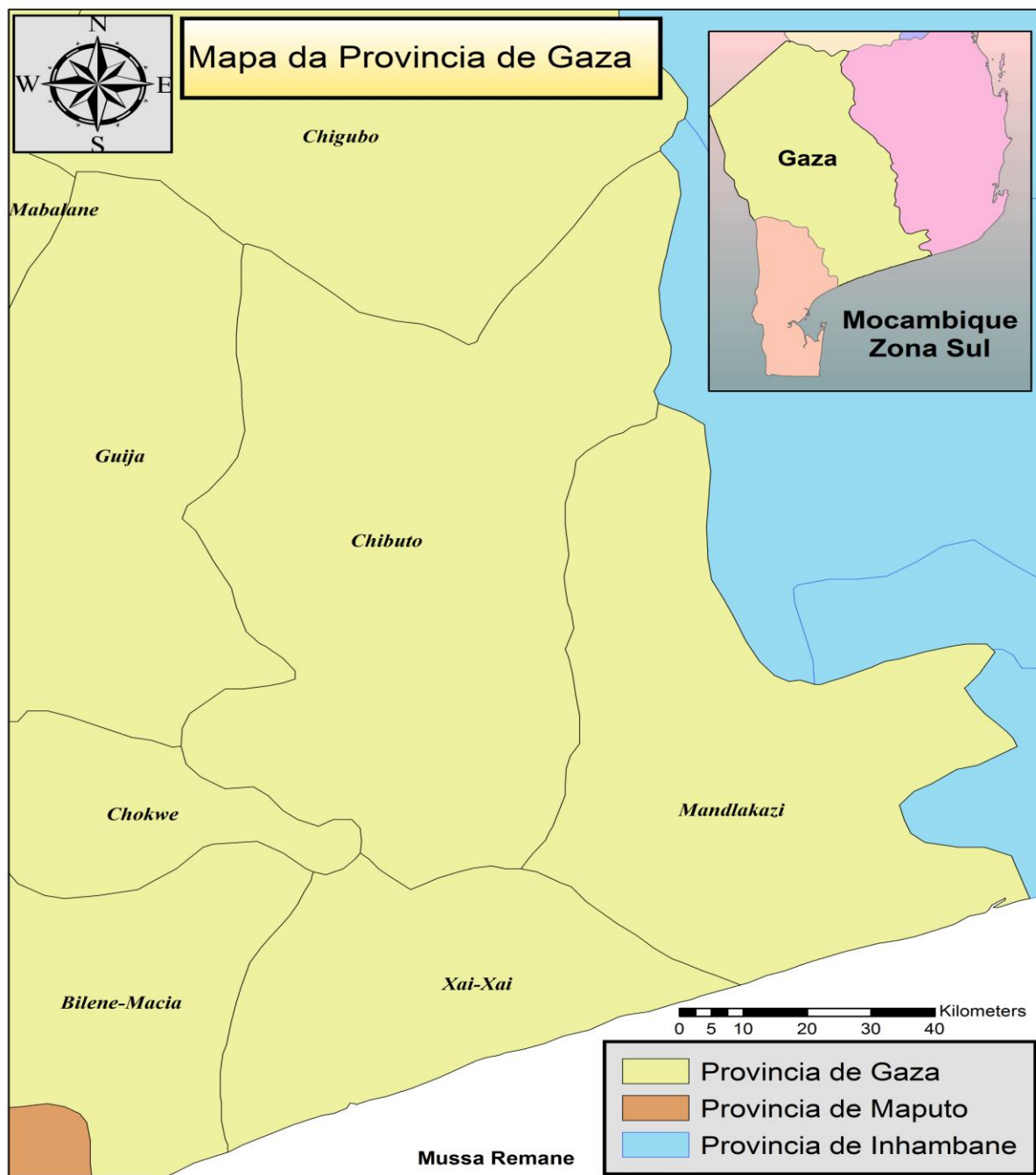
A abordagem sobre a multifuncionalidade de agricultura familiar em Moçambique ainda é escassa, em virtude da natureza da agricultura praticada no país. Muitos estudos persistem em afirmar que a agricultura em Moçambique é predominantemente familiar e advogam a transformação desta para a agricultura comercial. Essa situação deve-se aos problemas epistemológicos e de má percepção do que é de facto a agricultura familiar.

Para tal, é necessário em primeiro lugar reformular a visão que se tem da agricultura familiar, pois, olhada sob a abordagem do Ricardo Abramovay, não existe esse tipo de agricultura, mas sim a camponesa. De acordo com ABRAMOVAY (1998:22), “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”.

A presente pesquisa traz a abordagem da nova visão sobre “a multifuncionalidade da agricultura familiar no país, tendo como foco espacial, o distrito de Chibuto”. Esta abordagem é pertinente dado que proporciona um horizonte amplo de como estabelecer estratégias adequadas para o desenvolvimento rural sustentável. Nesse entorno, é analisado na presente pesquisa o desempenho das múltiplas funções de agricultura praticada pelas famílias rurais do Distrito de Chibuto, tendo como referência os Postos Administrativos de Malehice, Chibuto-Sede e Chaimite (ver a figura 2).

Chibuto compõe um dos conjuntos de distritos que fica localizado no Sudeste da Província de Gaza, próximo da confluência dos Rios Limpopo e Changane, limitando-se a Este com os distritos de Manjacaze e Panda; a Norte com o distrito de Chigubo; a Oeste com os distritos de Guijá e Chókwe; e a Sul com os distritos de Xai-Xai e Bilene-Macia (ver a figura 1).

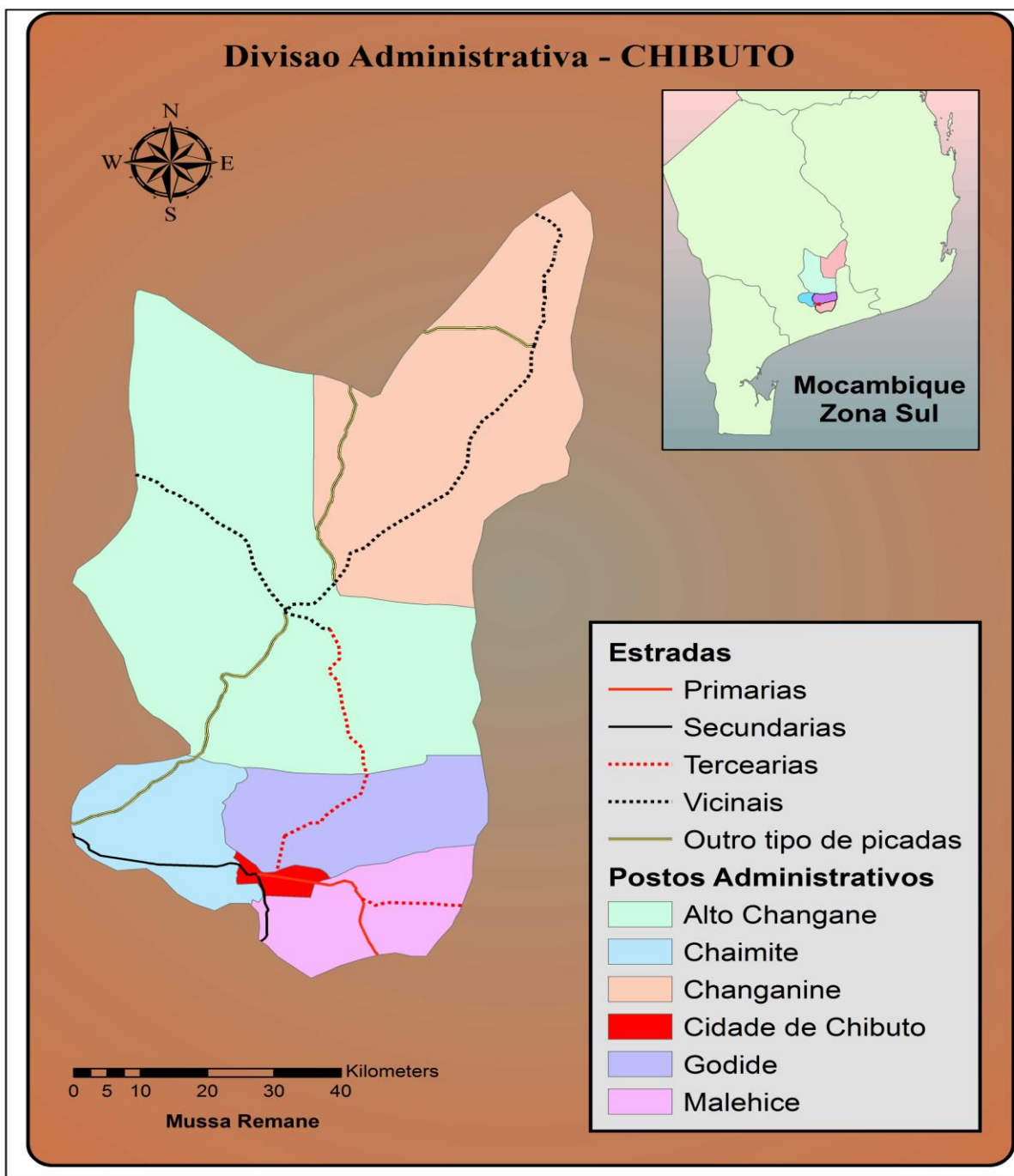
Figura 1: Mapa da Localização do Distrito de Chibuto



Fonte: Autor do trabalho, 2014

Com uma superfície de aproximadamente 5.700 km², o distrito possui seis (6) postos administrativos, nomeadamente Malehice, Godide, Chaimite, Alto-changane, Changanine e Chibuto-sede (Cidade de Chibuto), tal como se pode observar na figura 2.

Figura 2: Mapa da Divisão Administrativa do Distrito de Chibuto



Fonte: Autor do Trabalho, 2014

O distrito é tipicamente caracterizado pelo clima tropical seco, na zona norte, sendo que uma pequena porção que se localiza mais para a zona costeira, no sul do distrito, dispõe de um clima tropical quente. O clima tropical seco é caracterizado pelas temperaturas médias anuais acima de

25° C e o moderadamente quente com temperaturas médias anuais abaixo de 25° C. As precipitações, de uma forma geral, são baixas e irregulares variando anualmente entre 400 e 600 mm na maior parte do distrito, sobretudo no norte, e a porção sul maiores de 700 mm.

Hidrologicamente, o distrito é atravessado por vários rios dos quais os principais são o Limpopo e Changane. O rio changane é o mais importante pois, atravessa o distrito em todo o seu comprimento no sentido Noroeste-Sudoeste. O rio limpopo atravessa uma pequena porção no extremo Sul do distrito, no limite entre este e o distrito de Chókwe, sendo também importante na medida em que torna a sua superfície uma zona agro-ecológica favorável à prática da agricultura e pecuária.

O distrito é também caracterizado pela presença dos solos argilosos e franco-arenosos com composição geológica variável. Sendo assim, no Norte do distrito, os solos são de aluviões argilosos de Mananga com cobertura arenosa e espessura variável. Ao longo do rio Changane, os solos são de aluviões argilosos profundos, e no extremo Sudeste o distrito é composto por solos arenosos alaranjados e amarelos muito profundos e solos arenosos hidromórficos da fase dunar [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e *Food and Agriculture Organization* (FAO), 2008].

De acordo com o Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação (III RGPH) de 2007, a população do distrito de Chibuto é estimada de cerca de 191.682 habitantes dos quais cerca de 44,3% são Homens e 55,7% Mulheres, cuja densidade populacional é de 29.3 hab/km² e o número de agregados familiares é de 40.236. A cidade de Chibuto (Sede do distrito) e Malehice constituem os postos administrativos mais habitados cobrindo cerca de 33% e 29% da população total, respectivamente [Instituto Nacional de Estatística (INE), 2010].

Tabela 1: População do Distrito de Chibuto

Ano	População		
	Homens	Mulheres	Total
2007*	84.906	106.776	191,682
1997**	63.834	100.937	164.791

Fonte: *INE, III RGPH de 2007, (2010) e **II RGPH (1997) citado por RM-PNUD e FAO (2008)

Tabela 2: Agregados Familiares em Postos Administrativos

PA's	Cidade de Chibuto	Malehice	Chaimite	Godide	Alto-changane	Changanine	Total
AF's	12666	12402	6298	4463	3687	720	40236

Fonte: INE, III RGPH de 2007

Com base na tabela 2, nota-se que os postos administrativos da Cidade de Chibuto e de Malehice possuem um número maior de Agregados Familiares (AF's) com cerca de 31% cada, do total do distrito.

As actividades económicas praticadas no distrito de Chibuto são a agricultura, o comércio, o turismo, a indústria e a pecuária. A actividade comercial compreende a rede formal e informal extensa e abrange todos os postos administrativos, sendo o sector formal composto por comércio grossista e a retalho envolvendo homens e mulheres. Os principais produtos agrícolas comercializados são o milho, feijão manteiga e nhemba, castanha de cajú e mafura.

A actividade mineira no distrito é a que mais poderá impulsionar o desenvolvimento e empregará uma grande quantidade de mão-de-obra. Existe na sede do distrito, zona de Canhavano, um jazido de areias pesadas (titânio) que é a maior reserva mundial de ilmenite, numa área a ser explorada de 10.000 hectares. Para além desta reserva há sinais de presença de água mineral, em Changanine.

Sobre a prática de agricultura, dados do Ministério de Administração Estatal (MAE) (2005) apontam que o distrito dispõe de um potencial de cerca de 66.44 has de terras agrárias para a agricultura, pecuária, floresta e fauna bravia cuja sua gestão é feita com a participação das comunidades sendo que a maior parte das famílias usam as mesmas para a agricultura e pecuária. Até 2008, dados registados pela PNUD e FAO revelavam que, das 66.44 has, 53 mil são cultivadas e destas, 905 ha são machongos e 1.989 ha de regadios e dos 11 regadios existentes apenas 3 estão operacionais.

Como se pode depreender, a agricultura é a actividade principal que contribui para a subsistência das famílias do distrito. Neste prisma, pode-se notar que, de acordo com os dados fornecidos pelos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE) de Chibuto em 2013, na campanha agrícola 2011-2012, o distrito produziu em 89.125,1 hectares, cerca de 467.973,1 toneladas de culturas diversas, representando um cumprimento na ordem de 84,8% e 94,6% em relação à área e produção, respectivamente (ver também os apêndices 1, 2 e 3).

A pecuária é outra actividade que impulsiona o desenvolvimento no distrito. Ela é praticada a nível familiar em maior proporção e a nível de empresas privadas. No que tange à produção de gado durante o ano 2012, no distrito de Chibuto, particularmente nos postos administrativos em estudo, foi registada a produção, embora de forma diferenciada, dos gados bovino, caprino, suíno, canino, asinino e ovino.

Em 2012 o sector familiar destacou-se na produção comparativamente ao sector privado, onde nos Postos Administrativos (PA's) de Chibuto-Sede e de Malehice não houve registo de produção. O sector familiar produziu em 2012 um número total de “gado bovino”¹, de 45.764, contra 3.195 do sector privado, que se verificou apenas no Posto Administrativo de Chaimite, totalizando 48.959 do gado bovino produzido nos três PA's de referência (ver o apêndice 4).

Desta forma, os aspectos essenciais da multifuncionalidade de agricultura analisados foram: a reprodução socioeconómica das famílias rurais dos PA's destacados; a segurança alimentar da família e da sociedade; a manutenção do tecido social e cultural; e a preservação. Para além destes aspectos multifuncionais, foram analisados também os factores afectantes do desempenho das múltiplas funções de agricultura praticada pelas famílias rurais do distrito, nomeadamente: os projectos colectivos compostos por instituições públicas e associações; iniciativas de empresas privadas; iniciativas individuais dispersas e fragmentadas; e programas públicos, especificamente políticas públicas.

O trabalho apresenta-se estruturado em capítulos onde o primeiro constitui a introdução na qual faz-se a contextualização do trabalho, apresenta-se a justificativa, o problema, as hipóteses e os objectivos; no segundo capítulo são explicados os procedimentos metodológicos que permitiram

¹ Inclui touros, bois, vacas, novilhas, novilhos, vitelas, vitelos

o alcance dos objectivos preconizados no trabalho obedecendo as três fases principais, neste caso, a revisão bibliográfica, a recolha de dados e a análise e interpretação dos mesmos.

O terceiro capítulo faz referência à revisão da literatura, discutindo-se os conceitos e as teorias que secundam o trabalho; finalmente, o quarto capitula apresentado e discutido trata do desempenho das múltiplas funções de agricultura praticada pelas famílias rurais do distrito em referência. Os aspectos multifuncionais dessa agricultura e os factores que afectam o desempenho desses aspectos compõem o quarto capítulo. No fim, são dadas as conclusões.

1.2. Justificativa

A abordagem acerca da multifuncionalidade de agricultura familiar reveste-se de um papel relevante dado que ela é recente e permite a adopção de políticas e estratégias adequadas para o desenvolvimento sustentável, sobretudo nas zonas rurais. Este tema enquadra-se no conjunto de várias questões paradigmáticas como a pluriactividade, que recentemente suscitam debate dos vários pesquisadores, quando se pretende abordar acerca da nova ruralidade no contexto do desenvolvimento sustentável.

A nova ruralidade que se refere no mundo impõe novas abordagens sobre o desenvolvimento rural dado que em contexto da crescente globalização dos mercados, a produção agrícola em certas regiões apresenta condições para a sua manutenção devido a sua rentabilidade, e em outras regiões, essa produção vê-se confrontada com algumas dificuldades levando a uma progressiva extensificação ou mesmo abandono da actividade. VAN DER PLOEG et al. (2000) citado por KAGEYAMA (sd) afirma que,

“O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajectórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível de estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo; representa “uma saída para as limitações e falta de perspectiva intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento da industrialização que ele impõe. Razão pela qual, “o desenvolvimento rural é um processo multinível, multi-actores e multifacetado”.

Deste modo, a noção de multifuncionalidade configura-se como um modelo teórico e prático de agricultura, que na Europa desde a década 50 estava centrado na modernização e rentabilização agrícola e, actualmente, dado o seu carácter integral e global, é aplicável para as zonas rurais.

Nos países em via de desenvolvimento como Moçambique, esta noção de multifuncionalidade da agricultura ainda não ganhou espaço nas pesquisas académicas, embora existam estudos sobre as estratégias de transformação da agricultura familiar em agricultura comercial ou altamente vinculada ao mercado. Contudo, é importante reflectir sobre novos modelos que permitam a adopção dessas estratégias com vista a dinamizar a agricultura familiar e possibilitar o desenvolvimento rural sustentável.

Assim, na multifuncionalidade, enquanto uma formulação discursiva, busca-se responder várias inquietações sobre o contributo da agricultura familiar no desenvolvimento rural sustentável através da sua função inspiradora para uma nova estratégia de actuação do Estado Moçambicano no campo de políticas públicas nos espaços rurais, bem como de várias organizações que actuam no âmbito dos países em desenvolvimento como a FAO e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

A escolha do distrito de Chibuto como foco do estudo deve-se ao facto deste ser um território em que a agricultura constitui a actividade económica predominante que garante a subsistência das famílias e que estudos desta natureza ainda não foram feitos. Dai que, se julga que as múltiplas funções que procuraram se analisar nesta pesquisa são fundamentais para perceber até o nível de contribuição da agricultura desenvolvida pelo sector familiar na manutenção e desenvolvimento rural sustentável do distrito.

1.3. Problema do Estudo

A necessidade de se estudar a questão da multifuncionalidade da agricultura familiar surge no âmbito de buscar soluções para o problema do desempenho das múltiplas funções atribuídas à agricultura desenvolvida pelo sector familiar com vista a dinamizar o desenvolvimento sustentável das famílias rurais do distrito de Chibuto.

Em um contexto globalizante, a agricultura em Moçambique ainda é predominantemente explorada pelas populações rurais em pequenas explorações, as que cultivam menos de 2 ha, sem um vínculo significativo com o mercado. Ela concentra, segundo SITO (2005) “cerca de 99% das unidades agrícolas (3.090.197 unidades familiares) e ocupa mais de 95% da área cultivada do país”.

A população vive principalmente de actividade agro-silvo-pecuária de pequena escala, com uma heterogeneidade de actividades económicas de geração de rendimentos dentro das famílias, onde dentro delas, a produção de alimentos para o consumo constitui a base principal da estrutura produtiva do sector familiar (SITO, 2005). Nesta visão, encontram-se dois aspectos relevantes para a percepção do problema em destaque: a finalidade da produção que é do consumo familiar, e os rendimentos familiares obtidos em outras actividades não-agrícolas..

No distrito de Chibuto, a agricultura é a actividade principal que contribui para a subsistência das famílias rurais. De notar que mais de 90% da população beneficia-se dos produtos agrícolas produzidos a nível do sector familiar em grandes proporções e sector privado em proporções baixas. Cada família cultiva em média uma área de 1.5 ha e a actividade é realizada em duas épocas, sendo a 1ª na época quente e chuvosa e 2ª na época fresca e seca. Ela é praticada em regime de consociação de culturas com base em variedades locais, e em condições de sequeiro, tomando em consideração que as condições climáticas determinam uma colheita por ano com poucas probabilidades de sucesso (MAE, 2005).

Ao se pretender que a agricultura, nos moldes em que é praticado no país, seja um vínculo de desenvolvimento sustentável das zonas rurais, é importante trazer novas abordagens que permitam analisá-la em várias dimensões. Neste contexto, os governos reconhecem o aspecto multifuncional da agricultura, particularmente com respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável.

Entretanto, não se pode confundir os objectivos pelos quais o debate sobre a multifuncionalidade de agricultura se fundamenta, sob o risco de transferir os modelos aplicados numa determinada realidade para a outra em que o tratamento e os resultados sejam diferentes. Na realidade dos países industrializados em que a agricultura praticada está altamente vinculada ao mercado, o

carácter multifuncional pode ser diferente de uma realidade africana ou moçambicana, e particularmente de Chibuto, onde a agricultura é predominantemente camponesa sem vínculo significativo com o mercado e sem benefício de subsídios ou incentivos.

SOARES (2000/2001) chama atenção de não generalizar a análise sobre a contribuição de agricultura no desenvolvimento sustentável, dado que os impactos por exemplo ambientais de um policultivo tradicional são muito diferentes dos impactos da monocultura mecanizada e altamente dependente de insumos químicos. Isto é extensivo ao pretender analisar a multifuncionalidade de agricultura praticada pelas famílias rurais em pequenas explorações como é o caso de Chibuto.

Desta forma, que desempenho as múltiplas funções atribuídas à agricultura familiar tem no Distrito de Chibuto?

1.4. Objectivos

1.4.1. Objectivo Geral

- Analisar o desempenho das múltiplas funções atribuídas à Agricultura Familiar, desde a óptica das dinâmicas de reprodução socioeconómica das famílias até a preservação dos recursos naturais e paisagem rural do Distrito de Chibuto.

1.4.2. Objectivos Específicos

- Caracterizar as múltiplas funções atribuídas à agricultura familiar do distrito do Distrito de Chibuto;
- Identificar os factores que afectam o desempenho das múltiplas funções da agricultura familiar do Distrito.
- Explicar os factores que afectam o desempenho das múltiplas funções da agricultura familiar.

1.5. Questões de Pesquisa

- Como se caracterizam as múltiplas funções da agricultura familiar do Distrito de Chibuto?

- Que factores afectam o desempenho das múltiplas funções de agricultura familiar do Distrito?
- Como se explicam esses factores?
- De um modo geral, que análise se pode fazer sobre o desempenho das múltiplas funções atribuídas à agricultura familiar do Distrito de Chibuto?

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1. Tipo de Pesquisa

Para a prossecução da pesquisa, a metodologia é uma componente essencial que permite orientar a resolução do problema tendo em conta os objectivos traçados. Sob o ponto de vista da forma de abordagem do problema, a presente pesquisa embasou-se na abordagem quanti-qualitativa, na medida em que traduziu em números os dados recolhidos recorrendo à análise descritiva e relacionou-os com os seus atributos ao interpretá-los e discuti-los.

A multifuncionalidade de agricultura familiar é um assunto que compreende variáveis sociais, económicas, culturais e políticas, que a sua análise não se pode restringir apenas na abordagem quantitativa ou qualitativa, mas sim conjugando ambas as abordagens de forma a proporcionar melhor compreensão da complexidade do assunto.

2.2. Revisão Bibliográfica

A discussão acerca das abordagens da multifuncionalidade de agricultura praticada pelas famílias rurais do distrito de Chibuto foi possível recorrendo à revisão de vários materiais publicados como livros, artigos científicos bem como recursos virtuais como material disponível na internet. Em paralelo à discussão das abordagens, os estudos anteriormente feitos como o perfil do distrito, foram relevantes para o mapeamento e a caracterização do distrito.

Igualmente, foi relevante a revisão dos documentos primários, aqueles que GIL (1989:73) considera de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: o relatório de actividades para o conselho coordenador da Direcção Provincial de Agricultura disponibilizado pelos Serviços Distritais de Actividades Económicas de Chibuto (SDAEC); os relatórios sobre balanço e evolução da produção de 2011 a 2013; o jornal a verdade, os relatórios estatísticos sobre a população do distrito disponibilizados pelo INE, e outros.

2.3. Recolha de Dados

Para a compreensão do problema pesquisado e análise das possíveis respostas, o levantamento de dados no campo foi bastante fundamental. Neste contexto, o processo de recolha de dados

consistiu na deslocação ao distrito de Chibuto, concretamente aos Postos Administrativos referidos anteriormente, de forma a solicitar informação diante das famílias rurais praticantes de agricultura e dos membros de algumas associações e instituições públicas e privadas, a respeito das múltiplas funções de agricultura praticada pelo sector familiar e dos factores que afectam o seu desempenho.

Para tal, recorreu-se ao método observacional e às técnicas de entrevista e observação directa com a realidade territorial do distrito. O método observacional, como característico da pesquisa em ciências sociais e o que possibilita o mais elevado grau de precisão, tal como refere GIL (1989: 35), permitiu, de forma geral, a observação e a recolha de informação referida no parágrafo anterior, servindo-se da entrevista e observação directa.

A entrevista realizada no terreno foi dirigida aos vários integrantes dos projectos colectivos (membros das instituições publicas e das associações dos agricultores), aos membros dos agregados familiares (como principal alvo), especialmente para as famílias camponesas, e aos membros integrantes projectos privados ou iniciativas privadas. Para sua concretização, recorreu-se aos formulários de entrevista compostos por questões abertas e fechadas. Os dados recolhidos possibilitaram a descrição das múltiplas funções de agricultura praticada pelas famílias rurais do distrito bem como a identificação e explicação dos factores que afectam o seu desempenho.

Trata-se, neste caso, de entender conforme afirmam CAZELLA, et al (2009) as lógicas que induzem as dinâmicas, os grandes determinantes ou causas dos projectos societários dominantes, visto que muitas das vezes, são os conflitos e alianças entre os actores sociais (e as relações do poder) que permitem a concretização desses projectos, bem como impedir os outros de se expressarem.

Dai que, a entrevista foi semi-estruturada dado que consistiu num roteiro de questões previamente estabelecidas, mas que durante a mesma houve abertura para questões que não tenham sido previamente elaboradas, tendo dependido das respostas do entrevistado. O respondente também teve a abertura de expor as suas visões relativas ao assunto a ser levantado e detalhar as suas respostas.

A observação directa como técnica, foi usada nesta pesquisa para registar dados referentes à paisagem rural onde as famílias e as empresas produzem as suas culturas bem como os locais da sua habitação e do desenvolvimento de outras actividades fora da agricultura. Com base nesta técnica, foi possível perceber a influência das dinâmicas territoriais engendradas pelos actores acima referidos no desenvolvimento rural do distrito. Dai que, instrumentos como caderno de notas e máquina fotográfica, foram bastante relevantes para a obtenção desses dados.

2.4. Amostra e Tipo de Amostragem

Segundo FREUND (2006), “a maior parte do trabalho em estatística tem por objectivo fazer generalizações *sensatas*², baseadas em amostras sobre as populações. Estas generalizações devem se ao facto de os fenómenos a serem estudados revelarem-se complexos e acarretarem custos elevados, o que pode impedir a prossecução de várias pesquisas.

Segundo essa lógica, nesta pesquisa recorreu-se à amostragem por conglomerado que consiste, de acordo com FREUND (2006) “na divisão da população total em várias subdivisões relativamente pequenas, e algumas dessas subdivisões ou conglomerados, são seleccionados aleatoriamente para integrar a amostra global. Se os conglomerados forem subdivisões geográficas, esse tipo de amostragem é também denominado amostragem por área”.

Nessa perspectiva, foram considerados os seis (6) postos administrativos, nomeadamente Malehice, Godide, Chaimite, Alto-changane, Changanine e cidade de Chibuto, dos quais Malehice, Chaimite e Cidade de Chibuto constituíram a amostra. Nesta perspectiva, o distrito de Chibuto, conforme ilustra a tabela 2, dispõe de 40236 agregados familiares, dos quais, 31366 compõe os três postos administrativos a serem considerados.

Para a pesquisa do desempenho das múltiplas funções de agricultura praticada pelas famílias rurais do distrito de Chibuto, teve-se em conta o número total dos agregados familiares que compõem os três postos administrativos (31366), cuja proporção dos factores foi de 50%. O nível de confiança usado foi de 95% e um erro de estimação de 4%.

² O uso desta palavra “sensata”, deve se ao facto de não ser fácil responder quando e sob quais circunstancias as amostras permitem tais generalizações (FREUND, 2006).

Deste modo, a determinação do tamanho de amostra, recorrendo aos dados acima apresentados, foi possível com base na seguinte fórmula sugerida por MULENGA (2010):

$$n = \frac{z^2 * p * q * N}{\varepsilon^2 * (N - 1) + z^2 * p * q}$$

Onde,

N = número total dos agregados familiares – 31366;

n = tamanho de amostra;

z = valor crítico, obtido a partir de um nível de confiança de 95%;

p = proporção dos factores determinantes de múltiplas funções de agricultura familiar – 50%;

q = 1-p, proporção de característica não pesquisada na população – 50%;

ε = erro de estimação de 4%.

Aplicando a fórmula acima referente ao tamanho de amostra, e tendo em conta os dados apresentados, o resultado do cálculo estabelecido revelou que o tamanho de amostra definido nesta pesquisa é de **589 agregados familiares** (n = 589) que representam os três PA's e que foi suficiente para explicar o desempenho das múltiplas funções de agricultura praticada pelas famílias rurais do distrito de Chibuto.

Entretanto, não foi possível a cobertura do tamanho da amostra resultante da aplicação da fórmula apresentada acima, dada a insuficiência dos recursos financeiros que poderiam possibilitar a contratação de recursos humanos de modo a facilitar a condução de entrevista às famílias nos três PA's de referência. Razão pela qual, a entrevista foi conduzida apenas pelo autor do trabalho, a um número total de 301 agregados familiares³, três (3) associações dos agricultores, três (3) instituições públicas nomeadamente, Instituto Nacional de Acção Social, SDAE de Chibuto e Conselho Municipal da Cidade de Chibuto, e a duas iniciativas privadas (a propriedade do Senhor (Sr) Ramtul Mussagy e a propriedade dos turcos associados).

³ Foram entrevistados 100 agregados familiares no Posto Administrativo de Malehice e 100 agregados familiares em Chaimite. No Posto Administrativo de Chibuto-Sede foram entrevistados 101 agregados familiares.

2.5. Análise e Interpretação dos Dados

Recorrer às tabelas e aos gráficos para organizar e resumir um conjunto vasto e desordenado de dados (FERNANDES, 1999) constitui um dos meios mais usados e vantajosos que permitem uma melhor análise e interpretação dos dados recolhidos no campo. Assim, foram usadas neste trabalho, as tabelas de frequências para organizar e resumir o número de vezes que os valores de cada variável ocorreram. Igualmente, foram elaborados os gráficos que fornecem uma visão resumida dos dados e mostram a tendência ou o comportamento das variáveis.

A análise de dados foi feita com base no pacote estatístico SPSS versão 18.0, ideal para os dados relativos às questões sociais. Esse pacote permitiu efectuar a análise descritiva através do cálculo de frequência de cada variável. Para além da entabulação dos dados, foram elaborados mapas de localização geográfica e da divisão administrativa do distrito de Chibuto aplicando o Software ArcGIS 10.0. A interpretação dos dados foi feita baseando-se no modelo teórico sobre território e desenvolvimento territorial estabelecido por CAZELLA, et al (2009) e complementando com outros conhecimentos teóricos previamente adquiridos.

3. QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL

3.1. Território e Desenvolvimento Territorial

A teoria que possibilitou a fundamentação da presente pesquisa sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar e orientou a resolução do problema em causa consiste na abordagem sobre território e desenvolvimento territorial, debatida recentemente por ADMIR A. CAZELLA, PHILIPPE BONNAL E RENATO S. MALUF e publicada em 2009.

A abordagem sobre o desenvolvimento territorial está vinculada ao conceito de território. Estudos recentes revelam, por um lado, que a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos actores que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns. Por outro lado, demonstram que um dado território, cuja delimitação é político-administrativa, pode abrigar vários territórios construídos. Nesta perspectiva, o território é um conceito que envolve muitas facetas e muitas dimensões, que integram vários elementos dinamizadores de desenvolvimento territorial.

Enquanto para CAZELLA, et al, (2009), “no que diz respeito à agricultura e ao meio rural, o território aparece cada vez mais como uma entrada programática, inovadora e privilegiada para renovar a concepção do desenvolvimento rural”, para RAFFESTIN (1993) o território (...), é o resultado de uma acção conduzida por um actor sintagmático (autor que realiza um programa) em qualquer nível.

SCHNEIDER (2009) apresenta três paradigmas para classificar as várias perspectivas que utilizam o conceito de território. Para o autor, o primeiro paradigma tende a conceber o território a partir da interacção dos seres humanos com o espaço, de onde resultam as formas de uso e transformação do espaço, espaços criados, espaços construídos e espaços transformados. Esta perspectiva pensa também o espaço na sua dimensão instrumental e normativa, no sentido de que um determinado lugar pode ser demarcado e apropriado por aqueles que são capazes de mantê-lo sob sua guarda e domínios.

É nesta perspectiva que não se pode olhar o território apenas como espaço que se circunscreve na questão do poder como fonte de força e potência do Estado (perspectiva ratzelina), mas sim o

lugar onde existem e coexistem múltiplos poderes que se manifestam de formas variadas e heterogéneas no território.

O segundo paradigma é a visão dos estudiosos que pensam o território a partir das relações entre as dimensões imateriais, culturais e simbólicas, com o espaço. Neste contexto, o território reflecte uma configuração social que se situa em um ponto no espaço, podendo ser um grupo de jovens que vive em determinado ambiente urbano ou um grupo de indígenas que habita uma porção de terra.

Existem nesta perspectiva, dimensões fortes de capital social que são referenciadas nos estudos de Putnam em determinadas regiões do Centro e Norte da Itália, onde os dispositivos colectivos como as associações, agremiações e organizações de classe formam um capital social que funciona como um recurso de coesão social e estímulo a criação de formas de organização política e institucional que buscam garantir a estabilidade e o bem-estar dos indivíduos que pertencem ao território.

O terceiro paradigma destaca-se no amplo campo de estudos económicos, do planeamento e da geografia do desenvolvimento. Nesta perspectiva, afirma SCHNEIDER (2009) que o conceito de território é associado ao de região, uma questão fundamental na geografia possibilista, inspirada em Paul Vidal de La Blache, que pensava as regiões a partir de seus atributos naturais como relevo, clima, actividades económicas e infra-estrutura.

Nesta perspectiva, os estudos de François Perroux demonstraram em que medida uma determinada região pode ser caracterizada como pólo de influência e atracção por possuir uma dinâmica económica e social definida e ser dotada de processos contínuos e potenciais de inovação tecnológica, alta mobilidade de factores e de intenso relacionamento institucional (SCHNEIDER, 2009).

Na abordagem central do CAZELLA, et al (2009), o conceito do território é visto sob ópticas geográfica e económica. Geograficamente, o território pode ser concebido como um “pedaço de espaço cujos elementos constitutivos são organizados e estruturados pelas acções dos grupos

sociais que ocupam e utilizam”. Constitui um lugar onde afloram acções colectivas dinamizadas pelos actores sociais.

Fazendo uma ponte entre o território e o desenvolvimento territorial, SCHNEIDER (2009) refere que a abordagem territorial do desenvolvimento pressupõe a acção sobre o espaço e a mudança das relações sociais nele existente. Segundo Storper, o território é o elemento que confere uma dimensão espacial em que se unificam as formas de organização da produção e os processos de inovação e mudança tecnológica conformando-se assim processos regionais ou endógenos de desenvolvimento.

PECQUEUR (2004) citado por CAZELLA, et al (2009), diz que “ a dinâmica de desenvolvimento territorial visa revelar os recursos inéditos e, por isso, constitui uma inovação. O desenvolvimento territorial, neste sentido, pressupõe o arrolamento dos recursos locais que possibilite a transformação de aspectos negativos em novos projectos de desenvolvimento; a existência dos valores simbólicos que desempenham o papel de recursos socioeconómicos, ou seja, a existência de redes e formas de cooperação que estimulem a reflexão de novos projectos; pressupõem também a negociação entre actores cujos interesses não são idênticos, mas que podem encontrar áreas de convergência em novos projectos.

Nos casos bem-sucedidos, três categorias de actores, adoptam algumas modalidades de cooperação e estabelecem estratégias de desenvolvimento comuns: os actores públicos dos diferentes escalões de governo; actores privados ligados a empresas, bancos, agências de seguros, caixa de poupança e outros; os componentes da sociedade civil, tais como associações culturais ou desportivas, sindicatos e estruturas de educação (CAZELLA, et al, 2009).

O território desempenha o papel de uma variável explicativa no desenvolvimento, pois, o espaço cessa de ser apenas um suporte aparente e torna-se um elemento de organização produtiva que vai influir nas estratégias dos actores individuais e das empresas. Deste modo, iniciativas como a descentralização e a valorização da participação e do protagonismo dos actores da sociedade civil, ganham destaque, especialmente através das ONGs e dos beneficiários directos das políticas, que passam a ser vistos mais como parceiros do que como alvos.

3.2. Enfoque sobre a Multifuncionalidade da Agricultura Familiar

A noção da multifuncionalidade de agricultura segundo CAZELLA, et al (2009) é tomada como um novo olhar sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interacção entre as famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social. Ela incorpora a provisão, por parte desses agricultores, de bens públicos relacionados com o meio ambiente, segurança alimentar e o património cultural. Daí que o seu enfoque remete a quatro níveis de análise: as famílias rurais, o território, a sociedade e as políticas públicas.

O debate sobre o conceito da multifuncionalidade de agricultura, embora alguns estudos revelam que não é novo dado que remota a discussão da problemática ambiental desde a década de 1960, apareceu pela primeira vez, segundo SABOURIN (2005), na agenda internacional com a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Desenvolvimento Sustentável (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Eco 92).

Nessa conferência, os governos que participaram reconheceram o carácter multifuncional da agricultura, principalmente no contexto da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável. Daí, em 1998, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) declarou que, além da sua função primária de produção de fibras e alimentos, a actividade agrícola pode também moldar a paisagem, prover benefícios ambientais tais como a conservação dos solos, gestão sustentável dos recursos naturais renováveis e preservação da biodiversidade e contribuir para a viabilidade socioeconómica em várias áreas rurais (SOARES, 2000/2001).

Por isso, a expressão “multifuncionalidade”, segundo o estudo da OCDE realizado em 2001, refere-se a uma actividade económica com muitas entradas e, pela virtude disso, pode contribuir para vários objectivos sociais de uma só vez (HAJNALKA & ALAJOS, 2009).

Para MIRANDA & ADIB (2006) citados por CARVALHO (2011), multifuncionalidade é uma nova percepção de agricultura, centrada na interface com diversos sectores, actores sociais e a conservação do meio ambiente, com vista à superação dos desequilíbrios, sociais, económicos e ecológicos, ampliando as oportunidades de efectiva participação e de desenvolvimento humano no meio rural.

O reconhecimento de que a actividade agrícola é multifuncional, ou seja, a agricultura tal como acontece com o meio rural, desempenha não apenas as funções económicas como também as funções ambientais, sociais e culturais, encontra o seu espaço com o agravamento dos problemas socioeconómicos e ambientais, resultantes do modelo produtivista do capitalismo.

Como se pode notar, é difícil dissociar a noção de multifuncionalidade de agricultura com o desenvolvimento rural sustentável dado que ela tenta recuperar a relevância do conjunto de contribuições da agricultura e do agricultor para a dinâmica económica, social e cultural dos territórios. Dai que, a essência do conceito da multifuncionalidade de agricultura é de que a agricultura exerce múltiplas funções que se adicionam ao seu papel primário de produção de alimentos e fibras, permitindo o desenvolvimento rural sustentável em um contexto territorial.

Nesse contexto, a agricultura não deve ser tratada como unidade de reprodução de alimentos, é necessário que se actue sobre a família rural considerada uma unidade social que se reproduz em regime de economia familiar e que desenvolve qualquer actividade biológica sobre uma porção de terra, que se situa em território com determinadas características socioeconómicas, culturais e ambientais.

Estudos realizados por vários pesquisadores incluindo CARVEIRO & MALUF (2003) citado por CAZELLA, et al (2009) revelam que existem quatro funções de agricultura familiar, que se manifestam de formas diferentes, de acordo com a realidade do local de estudo:

- a) **Reprodução socioeconómica das famílias rurais** que consiste na geração de trabalho e da renda que permita as famílias rurais se manterem no campo em condições dignas, função proeminente num contexto de elevado desemprego e de baixa renda para amplos segmentos da população;
- b) **Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade**, no sentido da disponibilidade e acesso aos alimentos, e a qualidade dos mesmos;
- c) **Manutenção do tecido social e cultural** – esta função explica-se pelo facto da agricultura figurar-se ainda como o principal factor definidor da identidade e a condição da inserção social das famílias rurais;

- d) **Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural** – esta função não é tão notável e configura-se como a mais difícil que a agricultura familiar desempenha, em virtude de se verificarem conflitos generalizados entre os objectivos da preservação dos recursos naturais e a prática dessa agricultura, relacionados com o uso sustentável dos recursos naturais e com o confronto entre as práticas agrícolas e aspectos da legislação ambiental.

3.3. Multifuncionalidade da Agricultura Familiar e Enfoque Territorial

Os territórios são usualmente considerados unidades privilegiadas de expressão de multifuncionalidade da agricultura a serem tomadas em conta na definição das políticas públicas. A relação entre a multifuncionalidade de agricultura familiar e a abordagem territorial pode ser vista de várias formas dependendo da concepção de vários autores de acordo com a sua área de pesquisa. Assim, CAZELLA, et al (2009) consideram quatro concepções que permeiam essa relação, a destacar:

- *Território como lugar de expressão e de tratamento de externalidades de agricultura:* nesta concepção, a economia pública interessa-se pela produção e regulação de bens públicos e sua finalidade é determinar as acções do Estado para minimizar a produção de bens públicos. Para o caso da multifuncionalidade de agricultura, o enfoque centra-se nas externalidades ligadas às actividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e florestais, e o território figura-se como o espaço de aplicação dos instrumentos de política pública;
- *Território como resultado de projectos colectivos voltados para a construção de recursos específicos e discriminantes:* o território, nesta concepção, é o resultado de uma acção combinada entre actores e agentes económicos. A multifuncionalidade deixa de ser uma característica de agricultura para se transformar em uma característica construída do território.
- *Território como resultado de projectos colectivos convergentes não exclusivamente económicos:* o principal desafio, nesta concepção, é a construção de regras colectivas para implementar e administrar o acordo entre os actores, de maneira sustentada. Deste modo, o território pode ser condicionado pelo meio ambiente ou pela estrutura de povoamento; pode ser definido administrativamente como unidade territorial ou território

ocupado pelo público destinatário de uma política pública; e também pode corresponder ao território ocupado pelos participantes voluntários de uma acção colectiva;

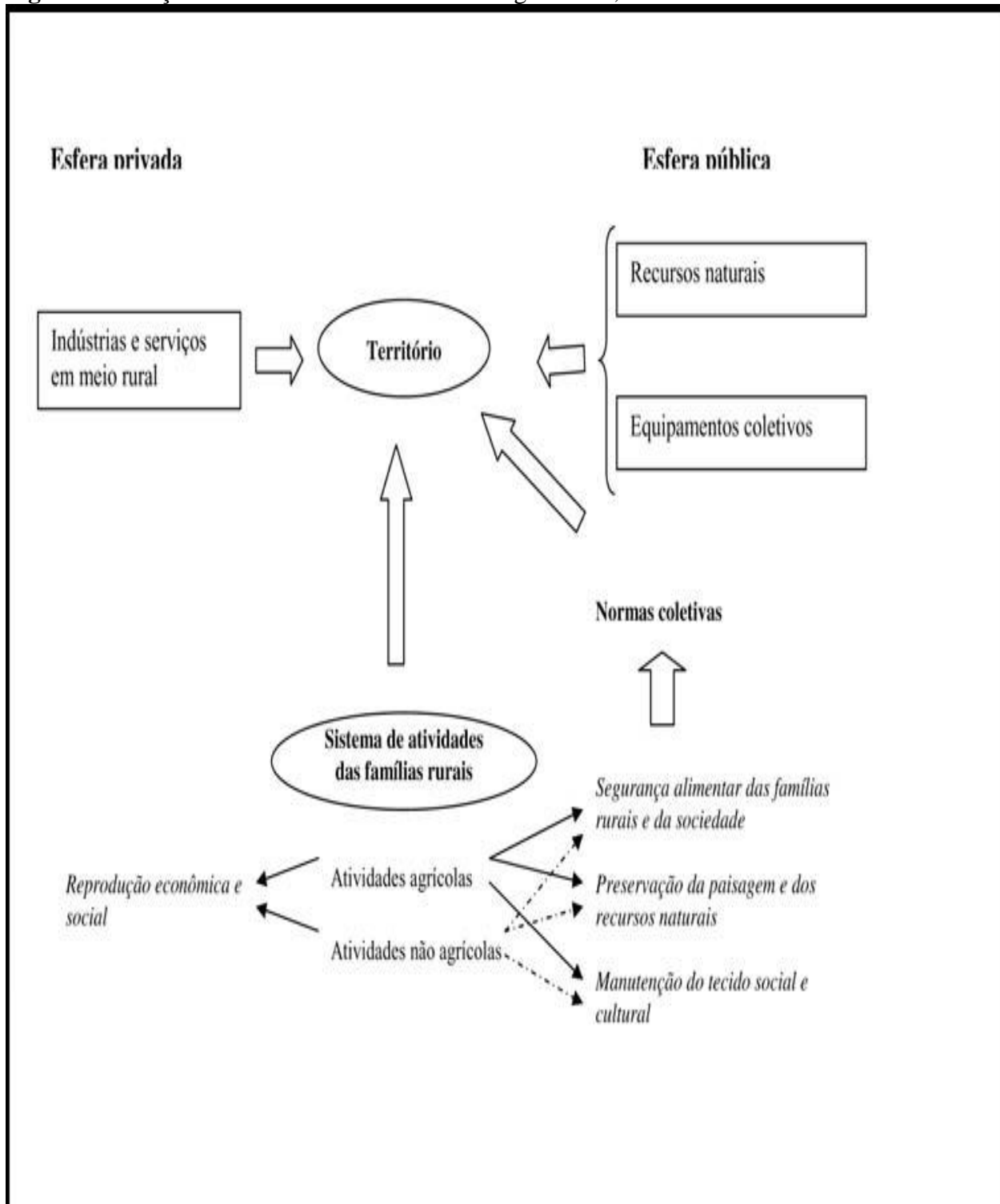
- *Território como componente fundamental de sociedades territoriais*: na ciência política, uma sociedade é territorial quando o poder de decisão se encontra ancorado no nível local. O território é concebido como o espaço físico e simbólico, fonte tanto dos bens materiais quanto imateriais que estruturam a sociedade. A multifuncionalidade da agricultura expressa-se mediante a diversidade das formas de intercâmbio e reciprocidade em torno dos produtos agro-pecuários, do acesso aos recursos naturais e das relações de trabalho.

A relação entre multifuncionalidade de agricultura familiar e território pode ser também estabelecida recorrendo a correlação entre as múltiplas funções de agricultura e o sistema de actividades das famílias rurais cujas manifestações no âmbito dos territórios são medidas por dinâmicas sociais, económicas e institucionais.

Inicialmente, é importante estabelecer uma diferenciação entre a esfera privada regida pela regulação do mercado e a esfera pública regulada pelas normas colectivas (BONNAL & MALUF, 2007 citados por CAZELLA, et al, 2009). Na esfera privada, os produtos agrícolas vendidos constituem a renda agrícola que sustenta directamente a reprodução económica e social do núcleo familiar, enquanto na esfera pública, o carácter multifuncional de agricultura familiar dá lugar à produção de bens públicos relacionados à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais e da paisagem, e manutenção do tecido social e cultural.

A agricultura nem sempre é a fonte principal para os bens públicos e privados, dado que destacam-se também actividades não agrícolas cuja sua importância se expressa no fornecimento de bens materiais que ampliam ou até constituem a maior parte da renda familiar. Essas actividades podem também contribuir de forma expressiva para o fornecimento de bens públicos, tanto no que diz respeito à segurança alimentar, como na manutenção do tecido social e cultural e até da manutenção da paisagem. Essa relação pode ser expressa em forma de esquema, como se pode observar na figura 3.

Figura 3: Relação entre multifuncionalidade de agricultura, actividades rurais e território



Fonte: Bonnal e Maluf (2007) citados por Cazella et al (2009)

De acordo com a figura 3, o sistema de actividades familiares rurais é entendido como o conjunto das actividades agrícolas e não agrícolas, remuneradas ou não, realizadas pelos membros da família rural, destinada a realizar as funções necessárias à reprodução social e económica da família. É a partir desses sistemas de actividades, como também das normas colectivas específicas estabelecidas de maneira consciente ou inconsciente pela colectividade local, que são imaginados e implementados os territórios. Assim, os territórios são construídos para alcançar objectivos colectivos (CAZELLA, et al, 2009).

3.4. Agricultura Familiar

O conceito de agricultura familiar é também polissémico e tem ultimamente levantado controvérsias em vários autores. Alguns conservadoristas ainda apegam-se na concepção tradicional da agricultura familiar e outros que advogam a adaptação ao contexto actual referem-se à nova abordagem do conceito. Embora nota-se essa dicotomia, existe uma certa dificuldade sob o ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar.

WANDERLEY (2003) apresenta uma das definições segundo a qual, “a agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais pequenos produtores incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores consolidados, ou os que têm condições, em curto prazo, de se adaptar”.

A ideia central, segundo a autora, é a de que o agricultor familiar é um actor social de agricultura moderna e ela resulta da própria actuação do Estado, diferenciando-se da agricultura camponesa cuja sua base é dada pela unidade de produção gerida pela família, o que vai ao encontro do que SHANIN (p. 46) considera de economia camponesa caracterizada “por formas extensivas de ocupação autónoma (trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional”.

A afirmação da autora tem uma dimensão profunda de análise que por um lado a agricultura familiar deve ser vista sob a abordagem moderna, e por outro lado, existem os pequenos produtores que podem ser tratados sob ponto de vista da abordagem camponesa.

Muitos estudos advogam a decomposição do campesinato e a emergência de uma nova forma de reprodução social, ou um novo actor social que corresponde ao mundo moderno, que é o agricultor familiar. Não se trata de negar que o agricultor familiar seja um actor social do mundo moderno, mas de admitir também que não é lógico falar da decomposição do campesinato.

A abordagem trazida por LAMARCH (1993) citado por WANDERLEY (2003) ilustra que os agricultores familiares são portadores de uma tradição, mas devem se adaptar às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da sociedade englobante.

O aspecto fundamental que se deve ter em conta ao analisar o conceito de agricultura familiar é a consideração da capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos económicos e sociais. Daí, urge a necessidade de não mais explicar a presença de agricultores familiares na sociedade como uma simples reprodução do campesinato tradicional, dado que nota-se um processo de mudanças profundas que afectam a forma de produzir a vida social dos agricultores bem como a própria importância da lógica familiar. Não obstante, o agricultor familiar ainda permanece camponês na medida em que a família continua sendo o objectivo principal que define as estratégias de produção e reprodução e a instância imediata da decisão (WANDERLEY, 2003).

Relativamente a essa temática paradigmática de agricultura familiar e campesinato, ABRAMOVAY (1990; 1998) afirma que “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”.

SCHNEIDER (2003) foi mais atencioso em apresentar alguns elementos que permitem a elaboração de uma definição ampla e abrangente do conceito de agricultura familiar ou da forma familiar de organizar o trabalho e a produção na actividade agrícola:

- O primeiro elemento diz respeito à forma do uso de trabalho, que refere ao funcionamento das unidades familiares com base na utilização da força de trabalho dos membros da família que, por sua vez, podem contratar, em carácter temporário, outros

trabalhadores sem, no entanto, considerar o limite de quantificação da força de trabalho contratada;

- O segundo elemento refere aos obstáculos oferecidos pela natureza, que impedem uma eventual correspondência entre a actividade agrícola e industrial. A produção agrícola, neste contexto, é uma actividade que ainda depende muito de factores naturais como clima, solo ou equilíbrio dos ecossistemas;
- O terceiro elemento pode ser extraído da teoria social que consiste no ajustamento do enfoque marxista sobre o desenvolvimento agrário como um processo macrossocial e económico com um ambiente constituído por um conjunto de instituições que fornece estímulos e determina os limites e as possibilidades, exercendo assim, uma influência decisiva sobre as decisões individuais e familiares.

Contudo, é importante sublinhar que o elemento central que permite a relativa estabilidade e exerce um papel regulador entre os diferentes aspectos desses elementos é a própria natureza familiar das unidades agrícolas, que está assentada nas relações de parentesco e de herança existentes entre os seus membros, e isto deve ser considerado na concepção que Abramovay traz de agricultura familiar, ou seja, a produção e reprodução familiar é o centro das atenções do agricultor familiar que caracteriza também o camponês.

4. DESEMPENHO DAS MÚLTIPLAS FUNÇÕES DE AGRICULTURA FAMILIAR DO DISTRITO DE CHIBUTO

4.1. Aspectos Multifuncionais de agricultura familiar do distrito de Chibuto

Neste conteúdo são apresentados e analisados dados referentes aos aspectos multifuncionais de agricultura desenvolvida pelo sector familiar do distrito de Chibuto. Constituem aspectos multifuncionais de agricultura familiar, tal como afirmam CAZELLA, et al (2009), os seguintes: Reprodução socioeconómica das famílias rurais; Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; Manutenção do tecido social e cultural; Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

4.1.1. Reprodução socioeconómica das famílias rurais

A reprodução socioeconómica das famílias diz respeito, segundo CAZELLA et al (2009), à geração de trabalho e de renda que permite as famílias rurais se manterem no campo em condições dignas. A agricultura familiar, enquanto uma actividade económica, deve garantir a geração do emprego e da renda para as famílias, principalmente para os jovens que se deparam com o problema do desemprego e da baixa renda.

Para uma análise mais detalhada sobre a reprodução socioeconómica das famílias rurais do distrito de Chibuto, concretamente dos PA's de Chibuto-sede, Malehice e Chaimite, passa necessariamente de descrever e interpretar o perfil das famílias agricultoras que constituíram o alvo da entrevista durante o trabalho de campo. Assim, a tabela 3 apresenta o perfil do agregado familiar e do chefe da família dos PA's em estudo.

Constituem variáveis de análise, de entre várias, a idade do chefe da família, o tamanho da família, o nível de escolaridade do chefe da família, o sexo, o estado civil, o número de filhos, a actividade que o chefe da família exerce para além de agricultura, o rendimento monetário e o rendimento mais importante para a manutenção da família, o número de membros da família que trabalha na agricultura e o número de pessoas que trabalham na agricultura mas que não são membros da família.

A literatura, as pesquisas e as experiências de vários países, como as evidências da FAO, sustentam que tanto as características do agregado familiar assim como as do agricultor chefe da família desempenham um papel fundamental na trajetória da produção.

Tabela 3: Perfil do Agregado Familiar e do chefe da família

Características	Frequência	Porcentagem
Idade (Anos)	(n = 214)	100.0
18 a 35	59	27.6
36 a 59	112	52.3
60 ou mais	43	20.1
Tamanho da Família	(n = 300)	100.0
Ate 8	232	77.3
9 a 14	63	21.0
15 ou mais	5	1.7
Nível de Escolaridade	(n = 295)	100.0
Sem escolaridade	111	37.6
Ensino primário	171	58.0
Ensino secundário	13	4.4
Ensino superior	0	0
Sexo	(n = 300)	100.0
Masculino	155	51.7
Feminino	145	48.3
Estado civil	(n = 300)	100
Solteiro (a)	105	35.0
Casado (a)	144	48.0
Viúvo (a)	51	17.0
Número de Filhos	(n = 300)	100.0
5	55	18.3
4	42	14.0
19	1	0.3

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados recolhidos no campo, em 2103

Tal como se pode notar na tabela, do universo de 214 respondentes, 112 (52.3%) afirmaram que os chefes de família nos PA's de Malehice, Chibuto-Sede e Chaimite, têm idade compreendida entre 36 e 59 anos (faixa etária dos idosos), e 43 agregados familiares, correspondente a 20.1 %, responderam que os chefes de AF's dos mesmos PA's têm idade dos 60 ou mais anos. São os

chefes dos AF's que estão nestas faixas etárias que mais se dedicam à prática da actividade agrícola. A longa experiência e tradição dos agricultores apresentam um desempenho superior em relação aos agricultores sem ou com pouca experiência, sobretudo na gestão da actividade agrícola. Esta realidade é corroborada por BUAINAIN (2006:92) quando afirma que o caso dos produtores que vivem principalmente como assalariados rurais, apresentam menores probabilidades de sucesso que aqueles com experiência maior de gestão familiar de actividade agrícola.

Se por um lado, a maior experiência que os idosos e os velhos tem na actividade agrícola – medida por idade ou por anos de trabalho na agricultura – pode constituir um factor positivo na adopção de práticas sustentáveis, pois pode indicar maior capacidade de gestão, por outro, produtores mais velhos podem ser menos energéticos e/ou ter um horizonte de planeamento mais curto. No entanto, os produtores mais jovens são mais facilmente atraídos por novidades e, mais provavelmente serão os primeiros a adoptarem práticas inovadoras (BUAINAIN, 2006:93).

O envelhecimento dos agricultores familiares pode constituir um grande problema, sobretudo na reprodução socioeconómica, pois os jovens com capacidade de trabalhar e produzir têm emigrado devido a falta do emprego ou de oportunidades de trabalho no meio rural, concretamente nos PA's em estudo.

Em relação ao tamanho da família, a tabela revela que, num universo de 300 AF's entrevistados, 232 (77.3%) afirmaram que os AF's dos três PA's contêm um número que vai até 8 membros e, 5 responderam que o número de membros dos AF's compreendia 15 ou mais agregados. Tal como se evidencia, a dimensão ou a tamanho dos agregados familiares a nível do distrito de Chibuto, encontra-se predominante no intervalo de 1 a 8 membros [para MPD (2007:8) o tamanho dos AF's nas áreas rurais é de 4.5 por agregado], o que teoricamente pode significar um maior desempenho em termos de quantidade e qualidade de produção e produtividade de agricultura praticada pelos camponeses do distrito.

Porém, o tamanho da família, por si só, não explica robustamente o desempenho socioeconómico da agricultura. Sobre o assunto, BUAINAIN, refere que:

“O tamanho da família juntamente com a taxa de dependência da família afecta consideravelmente a capacidade de acumulação das unidades de produção familiar. Dado que a unidade de produção familiar tem como base a capacidade de trabalho da família, um núcleo familiar com alta taxa de dependentes, significa menos braços para trabalhar e mais bocas para alimentar. Em casos como esse, o excedente para a acumulação tende a ser insignificante, principalmente quando o nível tecnológico e a produtividade do trabalho são baixos” (BUAINAIN, 2006).

Portanto, é preciso que este tamanho da família, por um lado seja maior e, por outra, seja acompanhado por um número reduzido de dependentes, ou seja, todos os membros do AF's que tenham idade mínima e capacidade de trabalhar e produzir, participem na produção de forma a garantir o rendimento e o sustento familiar.

Associado às variáveis anteriores, o nível de escolaridade aparece como a que também influencia o desempenho socioeconómico da agricultura praticada pelas famílias rurais do distrito de Chibuto. Os dados dispostos na tabela 7 ditam que, no total de 295 respondentes, 171 (58.0%) afirmaram que os chefes dos AF's continham ensino primário e 13 com ensino secundário. Já dizia a FAO (1994) citado por BUAINAIN (2006) que o nível de escolaridade constitui um bom indicador do desempenho da actividade agrícola, sobretudo no que diz respeito à adopção de novas tecnologias agrárias como a agroecologia. A educação determina a habilidade de obter e processar informação em geral; também facilita e viabiliza o uso de técnicas de gestão.

Pelo facto, os AF's do distrito, representado pelos três PA's, possuem um certo nível de escolaridade, neste sentido, o de ensino primário, o que torna-se um indicador importante do desempenho socioeconómico da agricultura por eles desenvolvida. Porém, esta variável não pode explicar esse desempenho de forma isolada, pelo que MOSCA (2012:51) ao associá-la com a variável “sexo”, diz que (em Moçambique) o nível de escolaridade dos chefes dos agregados familiares é bastante baixo sendo pior nos agregados familiares chefiados por mulheres.

Muitos estudos revelam que em Moçambique, os chefes dos agregados familiares, sobretudo nas zonas rurais, são predominantemente do sexo masculino, o que tem um grande significado no desempenho socioeconómico de agricultura. Dai que, em função do disposto na tabela 7, dos 300 respondentes, 155, correspondente a 51.7%, afirmaram que os chefes de AF's são do sexo masculino, e os restantes 145 responderam que os chefes de AF's são do sexo feminino.

Igualmente, os dados revelam que, 144 (48.0%) dos 300 respondentes, afirmaram que os chefes dos AF's são "casados (a)", 105 responderam que os chefes dos AF's são solteiros e os restantes 51 responderam que são viúvos (a).

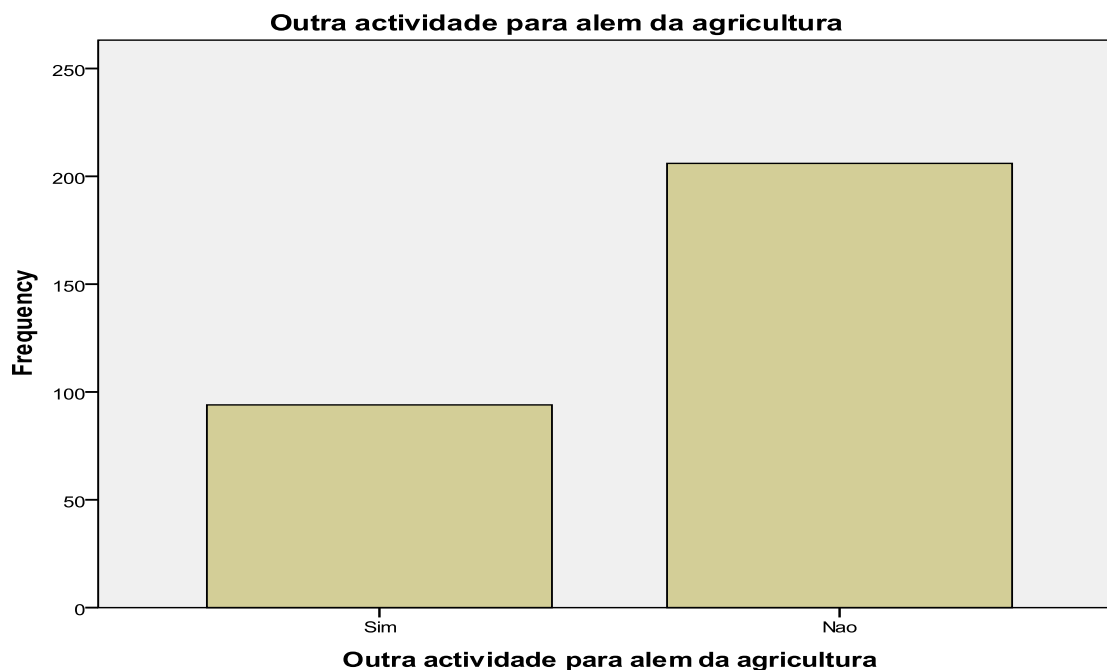
A tabela indica também que, 55 (18.3%) dos 300 respondentes afirmaram que o número de filhos que o chefe da família possui é de 5, e 1 (0.3%) respondente é que afirmou que o número de filhos é 19. O número de filho no meio rural implica uma maior riqueza, pois são estes que auxiliam os seus pais e avôs no trabalho agrícola, portanto, é garantia de mão-de-obra familiar na produção agrícola.

Deste modo, quando o número de filhos for maior, a capacidade de produzir a nível familiar torna-se maior e, conseqüentemente a produção e a produtividade no sector agrícola aumenta, aumentando assim, o rendimento familiar e a garantia do emprego. Porém, nem sempre o maior número de filhos implica maior desempenho da agricultura, pois são jovens filhos dos mesmos agricultores, na sua maioria, que tem optado em emigrar para outros territórios, sobretudo para as cidades que oferecem melhores condições, deixando os idosos e os velhos a desenvolverem a actividade agrícola. Evidências disto podem ser observadas durante as análises que seguem.

Para além disso, CAMARGO & OLIVEIRA (2012:1711), na sua pesquisa concluiu que 40% dos produtores agrícolas entrevistados com mais de 40 anos contavam com a ajuda de pelo menos um filho trabalhando em tempo integral no estabelecimento. E dos 33% dos entrevistados com menos de 40 anos, os seus filhos eram ainda crianças ou adolescentes envolvidos com o estudo e participavam de forma marginal nas actividades da propriedade.

A actividade agrícola, na perspectiva territorial, não pode ser considerada a única exercida no meio rural, pois com a emergência da nova ruralidade existem outras actividades praticadas como garante do rendimento e da manutenção das famílias no meio rural. O gráfico 1 revela essa realidade nos PA's estudados, na medida em que o chefe do agregado familiar, para além da agricultura exerce outras actividades que permitem a reprodução socioeconómica da sua família.

Gráfico 1. Outra actividade exercida pelo chefe do agregado familiar para além de agricultura



Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados do campo, 2014

Em função do disposto no gráfico, mais de 200 respondentes dos 301, afirmaram que o chefe do agregado familiar não exercia outra actividade para além da agricultura. Entretanto, aproximadamente a 100 respondentes foram da opinião que o mesmo exercia outra actividade fora de agricultura, sendo a mineira na República Sul Africana (RSA), a que mais ocupa os chefes dos AF's nos três PA's, tal como evidencia a tabela 5. A construção e a pesca constituem algumas das outras actividades exercidas pelos mesmos.

Sobre o caso, CAZELLA et al, (2009:57) afirmam que a agricultura nem sempre constitui a única fonte de bens privados e públicos que garantem as quatro funções de agricultura familiar. As actividades não agrícolas podem expressar notadamente no fornecimento de bens materiais que ampliam e que até constituem maior renda das famílias rurais, bem como para garantir a segurança alimentar e nutricional, manutenção do tecido social e cultural e na manutenção da paisagem.

A existência de actividades não agrícolas no mundo rural foi e continua ser algo de debate académico a nível mundial, sendo que não representa uma situação nova no modo de

funcionamento das formações sociais e económicas agrárias. Embora não seja nos moldes referidos por CAZELLA, et al, SCHNEIDER (2003:102), apresenta a situação da existência de actividades agrícolas e não-agrícolas no mundo rural como a pluriactividade que refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família. Para melhor clarificar a sua posição, ele cita FULLER (1990:367) ao referir que “é uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras actividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remunerações e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências) ”.

Portanto, o recurso às actividades não-agrícolas figura-se como uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar contra os condicionantes da unidade produtiva agrícola e expressa, acima de tudo, a racionalidade que a família imprime às suas atitudes para manter o equilíbrio entre trabalho e consumo e garantir, assim, a reprodução, tal como sustenta Tchayanov.

Entretanto, CAZELLA et al, (2009:58) estabelecem diferença entre pluriactividade e sistema de produção. Para eles, “pesquisadores (...) limitam a temática da pluriactividade às actividades remuneradas ou às realizadas na esfera privada”. Portanto, as actividades agrícolas e não-agrícolas não se referem à pluriactividade, mas sim ao sistema de actividades das famílias rurais entendido como o conjunto das actividades agrícolas e não-agrícolas, remuneradas ou não, realizadas pelos membros das famílias rurais, destinadas a realizar as funções necessárias à reprodução económica e social da família. Isto torna-se evidente nas famílias rurais do distrito de Chibuto que tem se dedicado à actividades referidas anteriormente e ilustradas pela tabela 4.

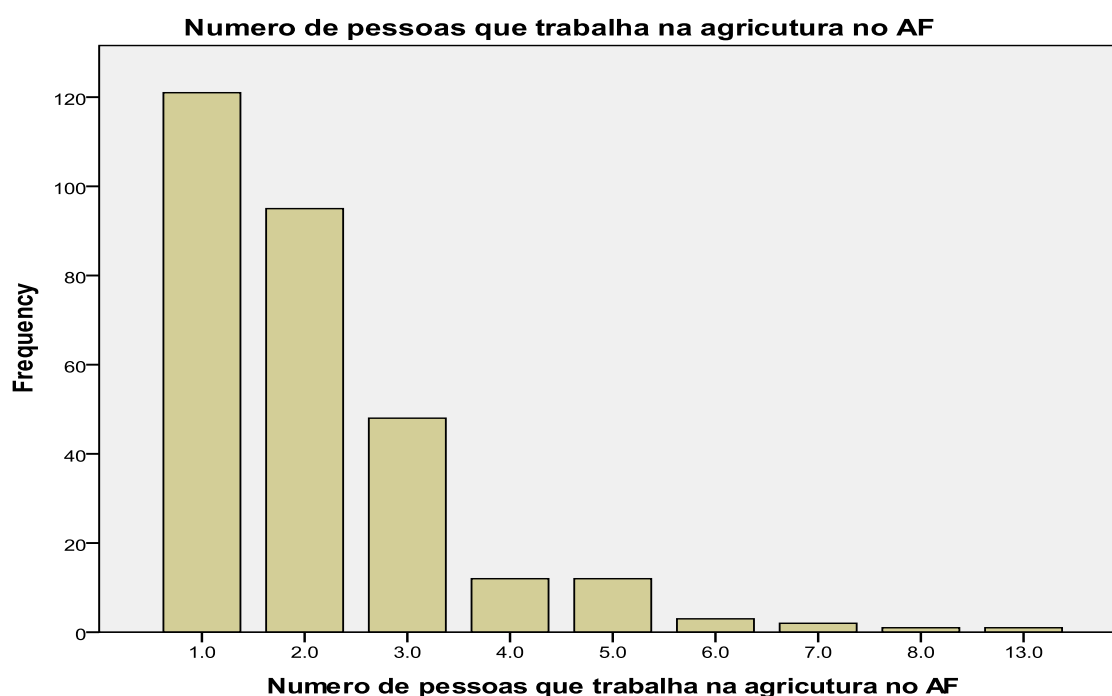
Tabela 4. Outras actividades exercidas pelo chefe do agregado familiar

Características	Frequência	Percentagem
Outra actividade exercida pelo chefe do AF	(n = 301)	100.0
Mineira na RSA	29	9.6
Construção de casas	12	4.0
Pesca	10	3.3

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados recolhidos no campo, em 2103

O número de indivíduos membros e não da família que trabalham na agricultura constituem também indicadores importantes que permitem explicar o desempenho socioeconómico da agricultura praticada pelas famílias rurais. Tal como se pode observar no gráfico que se segue, 121 (41.0%) dos 295 respondentes afirmaram que apenas um individuo membro do AF, trabalhava na agricultura, e 290 respondentes, como ilustra o gráfico 3, foram unânimes ao afirmarem que não existia nenhuma pessoa fora dos membros da família que trabalhasse na propriedade agrícola da família.

Gráfico 2: Número de membros da família que trabalham na propriedade familiar



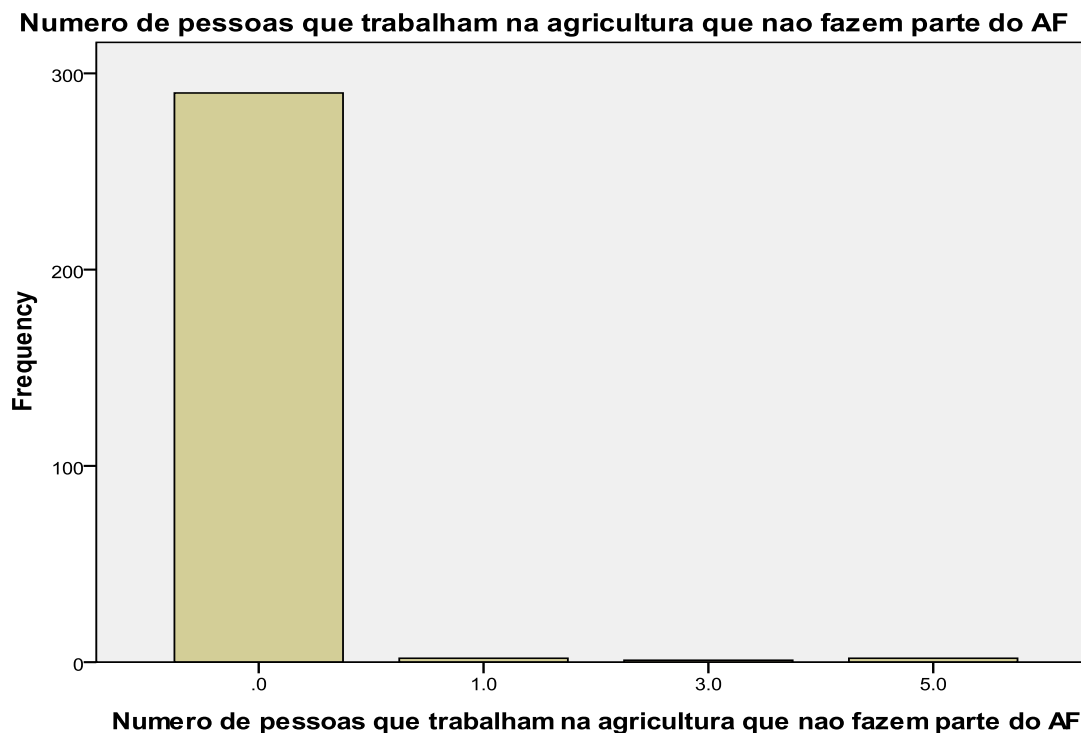
Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados do campo, 2014

Tal como sustenta TCHAYANOV (1924:482), a mão-de-obra familiar é o principal activo da agricultura familiar, o que não significa que seja abundante (ou deve ser abundante). Contrariamente, a adopção de sistemas de produção potencialmente mais rentáveis é bloqueada pela disponibilidade de mão-de-obra, insuficiente para permitir a adopção por produtores menos capitalizados e sem condições de contar com trabalho assalariado temporário nos momentos de maior demanda. A falta de alternativas para a reprodução dos membros da família no local tem levado a um processo de migração que aumenta a escassez de mão-de-obra

Refere-se ainda o mesmo autor que a importância do produto do trabalho é principalmente determinada pela dimensão e composição da família, ou seja, o número de pessoas da família capazes de trabalhar pela produtividade da exploração e – o que é particularmente importante – pelo grau de autoexploração, graças ao qual os activos fornecem uma certa prestação de trabalho ao longo do ano.

Deste modo, o desempenho socioeconómico da agricultura desenvolvida pelas famílias rurais do distrito de Chibuto é condicionado também pela disponibilidade de mão-de-obra principalmente familiar, que nas condições acima descritas nota-se uma fraqueza pelo facto de contar maioritariamente com apenas um membro da família que, evidentemente se não é idoso é, então velho. Pelo facto também de não serem assalariados, os produtores locais não possuem condições para contractar mão-de-obra externa, o que dificilmente se adquire rendimento pela actividade.

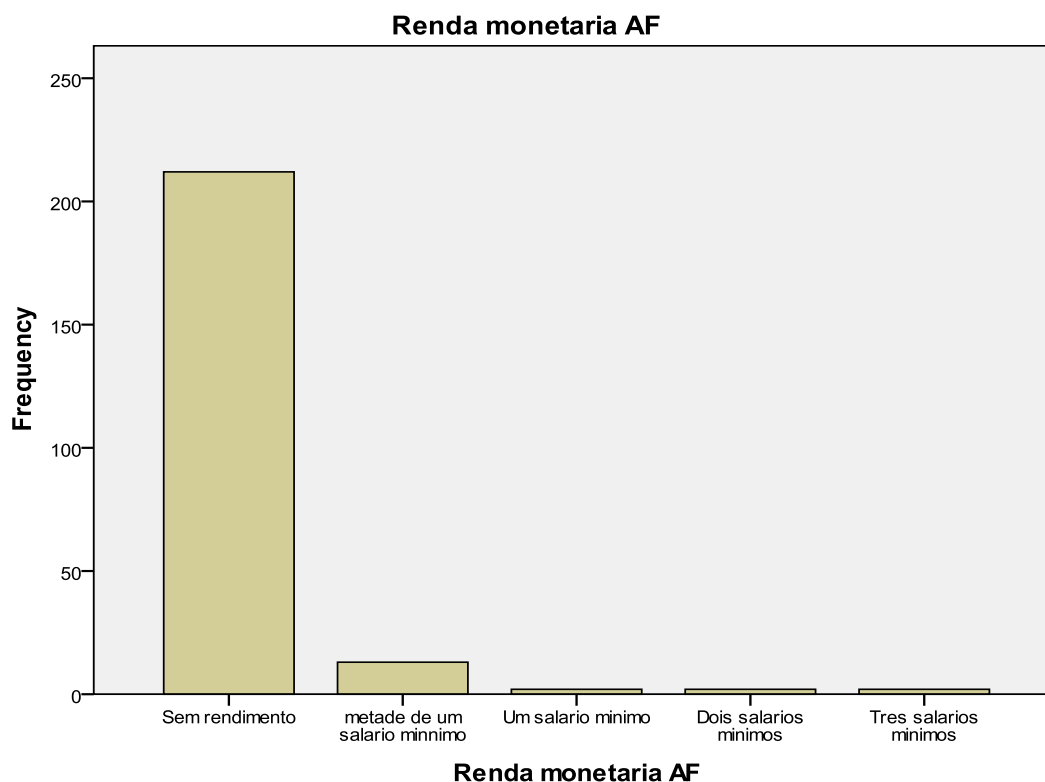
Gráfico 3. Números de pessoas que trabalham na propriedade familiar mas que não fazem parte da família



Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados do campo, 2014

No que tange ao rendimento monetário do AF, o gráfico 4 traz melhores evidências do nível do rendimento das famílias nos três PA's.

Gráfico 4. Renda monetária do agregado familiar



Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados do campo, 2014

As evidências que o gráfico apresenta revelam que, dos 250 respondentes, cerca de 212 (91.8%) disseram que, em termos monetários, o AF não dispunha de nenhum rendimento, o que significa que não era assalariado. Apenas 13 respondentes foram da opinião que a renda monetária do AF era de metade de um salário mínimo⁴. Sobre este facto, CHAYANOV (1981:133/34) dizia que “(...) uma área muito vasto da vida económica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, (...) numa forma (...) de unidade económica familiar não assalariada”.

Em uma economia natural, a actividade económica humana é dominada pela satisfação das necessidades de cada unidade de produção que é, ao mesmo tempo, uma unidade de consumo.

⁴ O Jornal CanalMoz, de 30 de Abril de 2014, refere que um salário mínimo no sector de agricultura, em Moçambique, era de 2,500.00 meticais ate 2013, tendo passado para 3,010.00 meticais, em 2014.

Assim, a preparação de um orçamento é aqui, em larga medida, qualitativa: para cada necessidade da família tem de ser fornecido, em cada unidade económica, o produto qualitativamente correspondente em géneros (CHAYANOV, 1981:136).

Pelo facto dos produtores familiares do distrito de Chibuto não serem na sua maioria assalariados, não se pode olhar para o seu rendimento em termos quantitativos ou monetários, mas sim em géneros de produtos a serem adquiridos em cada época e distribuídos em famílias ou em comunidades. Portanto, a sua medição em termos quantitativos, tal como afirma este autor, deve ter em conta a extensão de cada necessidade: há ou não abastança, ou em que medida há falta.

Portanto, o rendimento significativo que os produtores familiares obtêm na sua actividade é descrito por TCHAYANOV, da seguinte maneira:

“O camponês ou o artesão que geram a sua própria empresa, sem recurso ao trabalho assalariado, obtêm, com resultado do trabalho de um ano, uma quantidade de produtos que, depois de vendidos no mercado, formam o produto bruto da sua exploração. Deste produto bruto temos de deduzir uma soma correspondente aos custos de produção de materiais necessários durante o ano; fica então o aumento de bens materiais em valor obtido pela família graças ao seu trabalho do ano, ou por outras palavras, o produto do trabalho desta família. Este produto do trabalho familiar é a única categoria possível de rendimento para uma exploração artesanal ou camponesa baseada no trabalho familiar, visto não existir maneira de decompor analítica e objectivamente o rendimento (TCHAYANOV, 1924:482)”.

Deste modo, o pouco rendimento que as famílias obtêm para a sua manutenção provém da actividade agropecuária própria e para além de outras actividades referidas anteriormente fora da agricultura.

Outras características que demonstram o desempenho socioeconómico da agricultura desenvolvida pelo sector familiar em Chibuto são apresentadas na tabela 5 e correspondem à categoria de permanência dos membros da família e da comunidade. Esta é condicionada por vários aspectos relevantes dos quais se destacam: o acesso ao gado, sobretudo bovino que facilita o trabalho agrícola das famílias; a disponibilidade de alimentação que garante a segurança alimentar; o acesso à água e energia; o acesso também ao material de trabalho agrícola.

Os dados dispostos na tabela revelam que, dos 301 respondentes, 36 correspondentes a 12.0% responderam que o aspecto relevante para a permanência na comunidade é o acesso ao gado, seja ele para a criação bem como para facilitar o trabalho de cultivo. Sobre a alimentação, 33 respondentes afirmaram que para a permanência na comunidade passa necessariamente pela disponibilidade de produtos alimentares.

Outra condição bastante importante, é a disponibilidade do material de trabalho agrícola. Neste contexto, 27 respondentes disseram que havia necessidade de disponibilizar-se o material de trabalho agrícola que possa permitir maior produção e produtividade, garantido deste modo, a segurança alimentar e o rendimento familiar. A água e a energia figuram-se também como aspectos relevantes para a permanência na comunidade e, como evidência, 16 respondentes afirmaram que para a permanência deve se garantir o acesso à água e a energia.

Tabela 5. Permanência da família na comunidade

Características	Frequência	Porcentagem
Aspectos relevantes para permanência na comunidade	(n = 301)	100.0
Gado	36	12.0
Alimentação	33	11.0
Material de trabalho agrícola	27	9.0
Água e energia	16	5.3
Permanência ou saída dos jovens na comunidade	(n = 300)	100.0
Sim	290	96.7
Não	10	3.3
Destino dos jovens que saem	(n = 301)	100.0
Maputo e Africa do Sul	126	35.5
Africa do Sul	107	8.0
Maputo	24	
Motivo de Saida	(n = 300)	100
Procura do emprego	252	83.7
Continuação dos estudos e procura do emprego	18	6.0
Lar e procura do emprego	10	3.3

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados recolhidos no campo, em 2103

Deste modo, maior parte dos jovens nos PA's em estudo não têm permanecido nas suas comunidades. Dos 300 respondentes, 96.7% afirmaram que os jovens não têm permanecido na comunidade, ou seja, têm saído com destino à Maputo e África do Sul motivados pela procura do emprego, visto que nas suas comunidades há falta de emprego, ou se existe não satisfaz a demanda. Este é um fenómeno que se verifica um pouco por toda a zona Sul de Moçambique e, de entre várias razões que o explicam, MAPENGO (2011:70) destaca, no seu estudo sobre a migração rural-urbana na cidade de Maputo, a procura do emprego e a guerra.

Para BUAINAIN (2006:93) há necessidade de se adoptar políticas voltadas para estimular jovens agricultores e para viabilizar a sua permanência no meio rural, rompendo com o envelhecimento. Uma das medidas que poderia se adoptar é focar as políticas de terra em jovens e principalmente em filhos de agricultores estabelecidos, facilitando o acesso a terra nas próprias regiões de origem.

Portanto, o fenómeno de emigração não apenas está associado aos factores descritos acima, mas também o envelhecimento, referido anteriormente, surge como resultado desse fenómeno, no sentido de busca de oportunidades de emprego que possa garantir a compra do material de trabalho agrícola como tractor, enxada, charrua e outros insumos agrícolas; garante também a segurança alimentar das famílias e a aquisição de outros bens necessários para permanência da família na comunidade.

4.1.2. Segurança Alimentar das Famílias Rurais e da Sociedade

A segurança alimentar é um elemento importante para manter um bom estado nutricional, e é definida como o acesso físico e económico aos alimentos de qualidade e em quantidades suficientes que sejam cultural e socialmente aceitáveis. Ela é o resultado de boa saúde, de um ambiente saudável e de boas práticas e cuidados com as mães e crianças.

Sobre o desempenho da segurança alimentar das famílias rurais e da sociedade no sector agrícola, MOSCA (2012:56) afirma que o País continua a não produzir o necessário para sua auto-suficiência alimentar. Este facto é exacerbado pela fraca rede viária especialmente na ligação sul – norte, o que torna o transporte de bens alimentares não competitivo neste eixo.

Não obstante, tem-se registado aumento significativo da produção agrícola mas essa melhoria tem sido atribuída fundamentalmente à expansão de áreas de cultivo e/ou melhoria das condições climáticas em algumas zonas do País e não ao aumento da produtividade agrícola. Por exemplo, a produtividade do milho em Moçambique não passou de 1 ton/ha nos últimos 50 anos (referindo-se de 1951-2010) (MOSCA, 2012:56).

Os resultados da pesquisa dispostos na tabela 7 ilustram os principais produtos agrícolas produzidos pelas famílias rurais nos PA's de Chibuto-Sede, Malehice e Chaimite.

Tabela 6. Perfil da produção

Características	Frequência	Porcentagem
Produtos vegetais	(n = 300)	100
Milho, feijão jugo e abóbora	15	5.0
Milho e feijão manteiga	15	5.0
Milho	13	4.3
Milho, amendoim, batata-doce e mandioca	1	0.3
Arroz e hortícolas	1	0.3
Produtos animais	(n = 300)	100
Sem produtos animais	131	43.5
Galinhas	37	12.3
Patos e galinhas	13	4.3
Gado suíno, patos e galinhas	11	3.7
Produtos extrativos	(n = 299)	100
Lenha	299	100

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados recolhidos no campo, em 2103

Em função do disposto na tabela acima, no universo de 300 entrevistados, 15 responderam que produziam milho, feijão jugo e abóbora. Outros 15 responderam que produziam milho e feijão manteiga. Os respondentes que afirmaram que produziam milho, apenas foram 13, e aqueles que responderam que produziam milho, amendoim, batata-doce e mandioca foi apenas 1, o mesmo número do que respondeu que produzia arroz e hortícolas.

Como se pode notar, os dados explicitam que as culturas predominantes produzidas no distrito são as alimentares sendo que as de rendimento, embora não apareçam na tabela, respondem pela

menor percentagem. Portanto, o milho e o feijão jugo e feijão manteiga, constituem culturas alimentares predominantes no distrito, em função dos PA's estudados, contradizendo com a realidade do País, quando MOSCA (2012:52) afirma que as culturas alimentares dominantes são o milho e a mandioca.

As tabelas 7, 8 e 9, já mostram que em termos de produção global os três PA's verificaram uma redução de produtos alimentares desde a 1ª época 2011-2012 até à época 2012-2013. Implica isso que, quanto mais se demanda produtos alimentares para o autoconsumo, há sempre a tendência de redução da oferta.

Tabela 7. Balanço da 1ª Época, 2011-2012, para os PA's

PA	Área cultivada (ha)	Prod. (ton)	Rend. Medio Real	Prod. Global
Malehice	14,250.4	88,530.4	84.6	1,489,132.5
Sede	11,582.5	51,235.2	84.6	874,166.5
Chaimite	11,955.0	63,445.5	84.6	1,095,565.0

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados do SDAE-Chibuto (2013)

Para o balanço da 1ª época agrícola, 2011-2012, os dados da tabela acima revelam que os PA's de Malehice, Chibuto-Sede e Chaimite, obtiveram uma produção diferenciada, pois, Malehice, foi o PA que maior produção alcançou. Neste contexto, em uma área cultivada de 14,250.4 hectares, houve uma produção de 88,530.4 toneladas, comparativamente as 51,235.2 toneladas, em 11,582.5 hectares do PA's de Chibuto-Sede que, constitui a mais baixa produção dos três PA's. O rendimento médio real para estes, foi de 84.6 ton/ha.

Tabela 8. Balanço da 2ª época 2012

PA	Área cultivada (ha)	Prod. (ton)	Rend. Medio Real	Prod. Global
Malehice	9,346.2	24,873.4	161.1	437,959.2
Sede	7,961.4	42,552.1	161.1	640,097.5
Chaimite	7,410.2	30,429.0	161.1	549,692.5

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados do SDAE-Chibuto (2013)

No que diz respeito aos três PA's em estudo, o balanço da 2ª época agrícola, 2012, foi caracterizado pela maior produção em Chibuto-sede comparativamente aos outros PA's. Nesta época, o PA de Chibuto-Sede produziu, em uma área cultivada de 7,961.4 hectares, 42,552.1 toneladas comparando, por exemplo, com os 30,429.0 toneladas, em uma área de 9,346.2 hectares, para o PA de Chaimite. Em termos de rendimento medio real, para os três PA's, e par o distrito em geral, obteve-se na mesma época, 161.1 e uma produção global de 640,097.5 para o PA's de Chibuto-Sede, constituindo a maior produção global em relação aos outros PA's.

Tabela 9. Evolução da 1ª Época, 2012-2013

PA	Área cultivada (ha)	Prod. (ton)	Rend. Medio Real	Prod. Global
Malehice	12,573.9	53,814.0	47.7	635,219.13
Sede	9,306.5	22,965.9	47.7	266,820.50
Chaimite	8,063.0	19,656.4	47.7	216,266.00

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados do SDAE-Chibuto (2013)

Em relação a evolução da 1ª época agrícola, 2012-2013, a tabela em destaque, ilustra que o PA de Malehice, tal como aconteceu no balanço da 1ª época de 2011-2012, obteve maior produção comparativamente aos outros PAs estudados. Resulta nisso que, em uma área de 12,573.9 hectares, Malehice produziu 53,814.0 toneladas, cuja produção global foi 635,219.13, comparando com a 216,266.00 de Chaimite, que constitui a mais baixa dos três PA's, e da época.

Deste modo, o que se pode notar em torno da trajectória de produção é que ela variou em função da extensão da área cultivada, significando que pode ter aumentado ou diminuído durante as épocas apresentadas devido a expansão ou não da área de produção ou pela melhoria ou não das condições climáticas. O que se pôde apurar durante a pesquisa do campo é que, os camponeses na sua maioria cultivam em uma área não mais de 1 ha, como ilustra a tabela 10.

De acordo com a tabela, no universo de 301 respondentes, 223 afirmaram que usam enxada como instrumento de produção agrícola, o que corresponde a 74.1% do total dos respondentes. Entretanto, 30 respondentes afirmaram que usam charrua puxada a gado bovino (tracção animal)

para produção agrícola. Sobre a área cultivada, a tabela revela que, dos 301 respondentes, 74 afirmaram que cultivam em área de 1 hectare, 46 cultivam em áreas de 2 hectares.

Tabela 10. Instrumentos usados para a produção e a área cultivada

Características	Frequência	Porcentagem
Instrumentos usados para produção	(n = 301)	100.0
Enxada	223	74.1
Charrua puxado a boi	30	10.0
Enxada, tractor e regador plástico	1	0.3
Área cultivada (ha)	(n = 301)	100.0
1	74	24.6
2	46	15.3
9	1	0.3

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados do SDAE-Chibuto (2013)

As duas características de produção descritas, constituem condicionantes importantes para o desempenho da produção e, conseqüente garantia de segurança alimentar das famílias e da sociedade. Uma área de 1 ha utilizando enxada de cabo curto, associando à uma total fraca utilização de insumos agrícolas e incidência de fenômenos climáticos como as inundações e seca, não pode permitir uma produção e produtividade positiva. E, por isso, não se pode falar de uma segurança alimentar garantida para as famílias e sociedade que dependem, exclusivamente da produção agrícola, nas condições descritas.

Em relação aos produtos animais, a tabela 7 revela que, dos 300 respondentes, 131 afirmaram que não produziam nenhum animal, ou melhor, não criavam nenhum animal. Este número corresponde a 43.5% do total dos respondentes. 37 respondentes dos 300, afirmaram que produziam ou criavam galinhas e 11 criavam gado suíno, patos e galinhas.

A percentagem maior dos que não produzem nenhum animal pode significar um grande déficit na dieta alimentar, pois a disponibilidade da carne, do leite e de outros produtos provenientes da criação, é posta em causa. Mesmo aqueles que criam o pouco gado disponível, a realidade do distrito, demonstra que poucas famílias se beneficiam da sua carne, o que tem acontecido muito com o gado bovino que apenas tem a função de puxar a charrua para lavrar a terra.

Sobre o facto, MOSCA (2012:55) afirma que embora os efectivos de bovinos e de caprinos estejam a aumentar no País, há ainda desafios no sector pecuário especialmente nos serviços de controlo zoonosológico, a alimentação dos animais, casas de matanças, matadouros e (sublinhando) a qualidade da carne (que se reveste de um carácter importante para a dieta alimentar e nutricional).

Entrevistados sobre os produtos extrativos como lenha, carvão e madeira, de um total de 299 respondentes, o mesmo número, ou seja, 100% afirmou que apenas adquiria lenha, sendo que não produzia carvão nem madeira.

O distrito de Chibuto, como parte integrante da província de Gaza, é influenciado predominantemente, na zona norte, pela floresta de Mopane e que, por isso, muitos exploradores de madeira e de carvão concentram-se nessa zona. Para os PA's em estudo, que mais se concentram na zona sul, centro e oeste, as famílias exploram mais as florestas para extrair lenha que, para além de utilizar como combustível para preparar alimentos, usam em menor percentagem para a comercialização.

A agricultura em Moçambique destina-se na sua maior parte para o autoconsumo familiar, sendo que não tem um vínculo forte com o mercado, salvo se existir excedente depois de se satisfazer o principal objectivo. Já dizia Abromovay que a agricultura que não estabelece um vínculo forte com o mercado não pode ser considerada de familiar, mas sim camponesa.

Desta feita, o gráfico 6 ilustra o propósito da agricultura praticada pelos camponeses do distrito de Chibuto, o que torna possível avaliar o desempenho da agricultura no concernente à segurança alimentar. O gráfico revela que, dos 295 respondentes, 291 referiram que a produção agrícola é destinada ao consumo familiar e 4 responderam que ela destina-se à venda. Evidentemente que a agricultura no distrito, devido às condições em que é praticada, não deixa dúvida que o seu destino seja do consumo familiar.

Em torno disso, MOSCA (2012:58) afirma que as pequenas explorações comercializam muito pouco da sua produção agrária. Das culturas alimentares, o feijão manteiga é o mais comercializado com mais de um terço a ser colocado no mercado, segue-se o amendoim que

comercializa entre um quarto a um terço da produção. A fraca participação das pequenas explorações no mercado deve-se a poucos excedentes, indicando limitadas áreas e/ou associado a fraca produtividade das explorações.

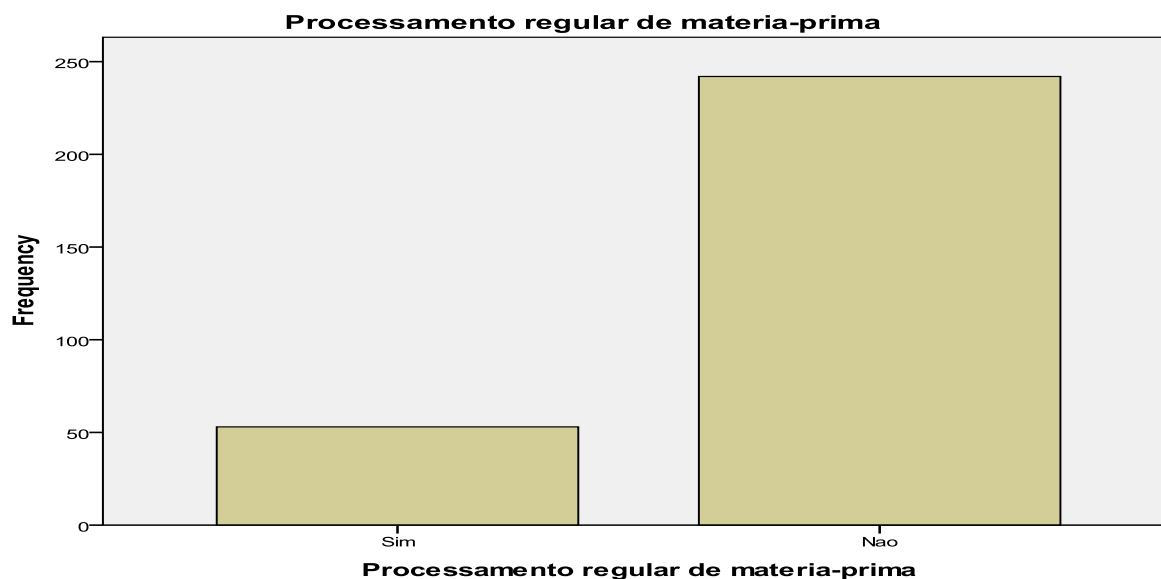
Gráfico 5. Destino da produção



Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados do campo, 2014

Associado a esta realidade, de acordo com a figura 7, cerca de 242 respondentes afirmaram que não se realizava o processamento regular da matéria-prima resultante da produção, o que torna evidente que o desempenho da actividade agrícola nas suas múltiplas funções é baixo. O processamento da matéria-prima constitui um indicador importante do desempenho de actividade agrícola, pois, o produto resultante pode ser transformado em outros produtos que possam garantir a segurança e dieta alimentares.

Os poucos que afirmaram positivamente, no sentido de que se realiza o processamento da matéria-prima encontram fundamentos na existência de pequenas moageiras instaladas nos seus postos administrativos, mas que para ter o acesso é condição fundamental possuir o capital. Constitui um exemplo concreto, a existência, no PA's de Chaimite, de moageira Dona Quilda, mas nem todos tem acesso a ela devido à falta de condições financeiras.

Gráfico 6: Processamento regular de matéria-prima

Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados do campo, 2014

Figura 4. Moageira Dona Quilda, Chaimite.

Fonte: Imagem tirada pelo autor, em 2013

A segurança alimentar das famílias rurais e da sociedade dos PA's em análise pode ser explicada também pelas variáveis dispostas nas tabelas 11 e 12. O auxílio governamental, os produtos que o AF adquire para sua alimentação, a garantia da segurança alimentar, os gastos mensais do AF

para a compra de alimentos e mais, constituem variáveis de análise do desempenho da agricultura no que tange à segurança alimentar.

Em termos concretos, mediante o disposto na tabela 11, 215 respondentes correspondentes a 71,7% afirmaram que não recebiam nenhum auxílio governamental. Apenas 28 respondentes afirmaram que recebiam auxílio governamental. Em função disso, para os que recebiam auxílio governamental, o tipo de auxílio predominante destacado por 13.3% dos respondentes, foi a distribuição de produtos alimentares no tempo das cheias, em 2013. Uma outra forma de auxílio governamental identificada por 2.7% dos respondentes foi o de integrar os camponeses no projecto comida pelo trabalho de modo a desenvolver acções que visam apoiar a família e a comunidade.

Tabela 11. Aspectos característicos da segurança alimentar

Características	Frequência	Percentagem
Recebe auxílio governamental	(n= 300)	100.0
Sim	28	28.0
Não	215	71.7
Tipo de auxílio	(n= 301)	100.0
Produtos alimentares no tempo das cheias	40	13.3
Sementes	16	5.3
Projecto comida pelo trabalho	8	2.7
Principais produtos que o AF adquire para a alimentação	(n= 301)	100.0
Arroz, açúcar, farinha	37	12.3
Arroz, farinha, milho	36	12.0
Arroz, açúcar, óleo	18	6.0
Local de compra	(n= 298)	100.0
Mercado local	297	99.7

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados recolhidos no campo, em 2103

Portanto, algumas famílias reconhecem a ajuda que o governo dá como forma de garantir a segurança alimentar, porém a percentagem maior dos respondentes é daqueles que não recebem

nenhuma ajuda do governo, pelo que encontram outras formas de garantir a disponibilidade de alimentos para a sua sobrevivência. Dai que as famílias camponesas entrevistadas, na sua maioria, revelaram não ter garantia da segurança alimentar, como se pode verificar na tabela 12, onde 99% dos respondentes teve revelou que a sua família não estava protegida contra o risco de não ter alimentos suficientes para a alimentação.

A insuficiência de produtos alimentares nos PA's em estudo deve-se, na sua maior, à insuficiência de condições financeiras, chegando-se em algumas situações familiares a ser determinada pela falta das mesmas condições. O Plano de Acção Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crónica em Moçambique 2011-2014 (2020) (RM, 2010:5) citando MICS (2008) sustenta que 44% das crianças moçambicanas sofrem de desnutrição crónica ou baixa altura para a idade.

Tabela 12. Aspectos característicos da segurança alimentar

Características	Frequência	Percentagem
Gasto mensal do AF para a compra de alimentos	(n= 301)	100.0
Sem idea	281	93.4
Aproximadamente a 1500.00 MT	4	1.3
Aproximadamente a 3000.00 MT	4	1.3
Família protegida contra o risco da insuficiência de alimentos	(n= 300)	100.0
Sim	3	1
Não	297	99.0
Não porque	(n= 300)	100.0
Insuficiência de condições financeiras	230	76.4
Falta de condições financeiras	46	15.3
Insuficiência de produtos alimentares	12	4.0

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados recolhidos no campo, em 2103

O mesmo aponta como algumas das principais causas imediatas, a ingestão inadequada de nutrientes e gravidez precoce. As causas subjacentes ou mediatas da desnutrição crónica são: a

insegurança alimentar (especialmente no acesso limitado e no uso de alimentos nutritivos), pobreza e práticas inadequadas em relação aos cuidados das meninas adolescentes, e o acesso suficiente à saúde, água e aos serviços de saneamento.

MOSCA (2012) afirma que Gaza juntamente com Inhambane, configuram-se como as províncias com uma adequação da qualidade da dieta alimentar pior se comparadas com outras províncias, e o distrito de Chibuto, como território situado na Província de Gaza, apresenta situação semelhante, pese embora, a segurança alimentar no País a nível dos agregados familiares, incluindo as zonas rurais, parece apresentar melhorias significativas na última década, o que também pode ser fundamentada por mesmo autor quando diz que “nas últimas décadas, a produção e disponibilidade de alimentos de base, particularmente o milho, a mandioca e os feijões, aumentou consideravelmente, tendo permitido uma redução de ajuda alimentar externa”.

4.1.3. Manutenção do tecido social e cultural

Quando se associa a agricultura com a função de manter o tecido social e cultural pretende-se mostrar que as famílias rurais praticantes de agricultura e de outras actividades encontram-se associadas à cultura, tradição e identidade. A manutenção do tecido social e cultural diz respeito, segundo CAZELLA et al, (2009:50), à contribuição da agricultura na definição da identidade e condição da inserção social das famílias rurais. As tabelas 13 e 14 evidenciam algumas características da função de agricultura desenvolvida pelas famílias rurais dos PA's estudados no que concerne à manutenção do tecido social e cultural.

De acordo com os dados dispostos na tabela 13, 172 respondentes afirmaram que nenhum hábito e costume do AF se mantinha, e 5 responderam que na família ainda se produzia *xinto*⁵ para a celebração do ritual *kuphalha*⁶, que era prática, tal como afirmaram 18.9% dos respondentes, a nível das famílias rurais dos três PA's.

⁵ É um ritual celebrado com vista a exaltação dos defuntos, recordação dos antepassados

⁶ Bebida produzida e destinada especificamente para a celebração de *kuphalha*

Tabela 13. Manutenção dos hábitos e costumes do agregado familiar

Características	Frequência	Porcentagem
Hábitos e costumes do AF que se mantem	(n = 301)	100.0
Nehnum	172	57.1
Kuphalha	57	18.9
Produção de xintha para kuphalha	5	1.7
Porque se mantem	(n = 300)	100.0
Existem praticantes	48	15.9
Forma de lembrar-se dos antepassados	18	6.0
Hábitos e costumes que estão se perdendo no agregado familiar	(n = 301)	100.0
Todos	142	47.2
Sem ideia	106	35.2
Todos os outros	19	6.3
Porque se perdem	(n = 301)	100.0
Ninguém mais se interessa a sua prática, dedica-se a igreja	173	57.5

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados recolhidos no campo, em 2103

Como se pode notar, a maior percentagem foi dos que responderam negativamente sobre a manutenção dos hábitos e costumes familiares e, resposta semelhante foi dos 142 entrevistados que afirmaram que todos os hábitos e costumes do AF estavam se perdendo e 102 são os que não tinham ideia sobre a resposta para a questão. A principal razão da perda dos hábitos e costumes do AF apontada por 173 respondentes foi o desinteresse à sua prática e a dedicação dos membros da família à igreja.

A interpretação que se pode dar aos que não tinham ideia sobre os hábitos e costumes do AF que se perdiam cinge-se, por um lado, pelo facto destes não se identificarem mais com os hábitos e costumes herdados dos seus antepassados, pois o modo de produção capitalista cada vez mais vai invadindo as suas culturas. Por outro lado, muitas famílias têm uma percepção negativa dos

conceitos de hábitos e costumes ao concebê-los (em função do dialogo desenvolvido ao longo das entrevistas) como superstição, curandeirismo, feitiçaria e mais.

Dai que mais se identificaram, tal como evidencia a predominância das respostas, como praticantes da igreja. Porém, ainda é possível em algumas famílias notar alguns interesses na manutenção dos hábitos e costumes como, para além de algumas práticas identificadas anteriormente, famílias que herdaram terras dos seus parentes, algumas junções familiares e os lobolos.

Tabela 14. Manutenção dos hábitos e costumes da comunidade

Características	Frequência	Porcentagem
Hábitos e costumes da comunidade que se mantem	(n = 301)	100.0
Sem ideia	110	36.5
Nenhum	41	13.6
Cerimónias rituais no monumento Gungunhana	38	12.6
Porque se mantem	(n = 301)	100.0
A comunidade juntamente com os s líderes locais ainda pratica	55	18.3
Alguns membros da comunidade conservaram e ainda praticam	22	7.3
Hábitos e costumes da comunidade que se perdem	(n= 301)	100.0
Sem ideia	202	67.1
Todos	32	10.6
Danças macuaiela e ngalanga	8	2.7
Danças massesse, macuaiela e chingomani	4	1.3
Porque se perdem	(n= 301)	100.0
Ninguém mais os segue	45	15.0
Devido a prática de igreja	28	9.3
Hábitos e costumes modernos	4	1.3

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados recolhidos no campo, em 2103

No contexto comunitário, a tabela 14 revela que dos 301 respondentes, 110 não tinham ideia sobre a resposta para a questão dos hábitos e costumes da comunidade que se mantinham. Porém, 41 do universo de 301 foram unânimes ao afirmar que nenhum hábito e costume da comunidade se mantinha, sendo que 38 do mesmo universo afirmaram que as cerimônias rituais no monumento Gungunhana ainda se praticavam.

Dos hábitos e costumes da comunidade que se perdiam, 202 respondentes também que não tinham ideia de resposta, 32 deram resposta de que todos os hábitos e costumes da comunidade se perdiam. Apenas 4 tiveram a resposta de que Danças como *massesse*, *macuaiela* e *chingomani* se perdiam. Sobre as razões da perda dos mesmos, 45 dos 301 respondentes foram da opinião que a principal razão da sua perda reside no facto de ninguém mais os praticava e 28 respondentes afirmaram que a dedicação à prática de igreja seria o motivo principal.

Tal como reportam os resultados, o desempenho da agricultura praticada pelas famílias rurais na manutenção do tecido social e cultural não se mostra significativa, implicando que é de baixo nível. A pesquisa sobre o desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo de FERREIRA & MÊSQUITA (2009) mostra a origem da contradição entre a agricultura camponesa e agricultura familiar, referindo-se que “ser camponês é ter uma identificação com a terra e por dinheiro nenhum vendê-la. Ser camponês é, recebendo influências de outras culturas, manter os seus costumes” (p.26).

Embora a realidade das famílias rurais dos PA's em estudo revelar que ainda há manifestação de alguns hábitos e costumes familiares e da comunidade através das práticas destacadas nesta temática, é importante referir que a invasão dos hábitos e costumes alheios decorrentes do modernismo (capitalismo) tem criado uma ruptura tanto no próprio sistema de produção bem como no sistema cultural das famílias e da comunidade.

Um estudo também feito por CAMARGO & OLIVEIRA (2012) num dos bairros do Município de Ouro, Minas Gerais em Brasil, sobre agricultura familiar, multifuncionalidade de agricultura e ruralidade, reporta que:

“Uma das particularidades do povoamento da zona rural do município do Ouro Fino, com os seus 57 bairros rurais bem espalhados por toda a sua extensão, é o grande número de festas, geralmente em louvor ao santo padroeiro, que ocorrem mesmo nas localidades mais distantes. As celebrações mais famosas chegam a reunir milhares de pessoas nos finais de semana, atraindo grande número de visitantes do próprio município, de municípios vizinhos e de centros urbanos distantes, como Jundiaí (SP), Campinas (SP) e a região do ABC paulista”.

Deste modo, com este estudo torna-se evidente que a agricultura praticada pelas famílias rurais preserva uma função fundamental para a inserção das pessoas e das famílias nas suas comunidades, podendo contribuir para o seu desenvolvimento. A celebração das cerimónias no monumento Gungunhana que junta membros da comunidade, não apenas de Chaimite, mas também do distrito de Chibuto bem como de outros distritos circunvizinhos, constitui uma evidência clara do desempenho da agricultura na manutenção do tecido social e cultural das famílias e da comunidade, embora não seja em um nível tao significativo.

4.1.4. Preservação dos recursos naturais e paisagem rural

A função de preservação dos recursos naturais e paisagem rural relaciona-se, tal como referem CAZELLA et al (2009), com o uso sustentável dos recursos naturais e reporta-se em muitos casos pelo confronto entre as práticas agrícolas, sobretudo as tradicionais, e os aspectos da legislação ambiental. “As paisagens rurais, a tempos remotos, eram atribuídas apenas a função de produção, *commodity*, porém, actualmente junta-se a esta, a função não directamente produtiva, *non-commodity*, o que reporta novas possibilidades, novos conflitos e a necessidade de definir as prioridades”, conforme sustenta PINTO-CORREIA (2007:67).

A paisagem, no seu compto geral, pode ser composta por elementos naturais como a vegetação, o relevo, as formações rochosas, os recursos hídricos e mais; também por elementos antrópicos decorrentes das modificações que o ser humano vai engendrando no meio natural durante as suas actividades como a construção, a agricultura, a indústria e mais. Urge neste âmbito que, a paisagem rural, de qualquer forma, apresenta-se relacionada com o modelo de agricultura praticada e esta com as particularidades do meio em que se realiza.

Neste teor, a tabela abaixo realça, com dados concretos do terreno, algumas formas como a agricultura desenvolvida pelas famílias rurais dos PA's em estudo tem desempenhado a função de manutenção dos recursos naturais e paisagem rural, tendo em conta o seu carácter.

Tabela 15. Técnicas usadas na agricultura praticada pelas famílias rurais dos três PA's

Características	Frequência	Porcentagem
Uso de técnicas para a conservação de solo	(n = 295)	100.0
Sim	41	13.9
Não	254	86.1
Técnicas para a conservação de solo	(n = 301)	100.0
Adubação orgânica	8	2.7
Uso de agrotóxicos	(n = 295)	100.0
Sim	8	2.7
Não	287	97.3
Agrotóxicos usados	(n = 301)	100.0
Ureia	6	2.0

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados recolhidos no campo, em 2103

Em função dos dados dispostos na tabela, dos 295 respondentes, 254 afirmaram que não usavam nenhuma técnica para a conservação do solo, correspondendo a 86.1%. Os restantes 41 respondentes afirmaram positivamente ao referirem que usavam alguma técnica para a conservação do solo. A técnica mais usada pelos camponeses é de adubação orgânica recorrendo ao estrume e ao capim decomposto como fertilizantes.

Esse cenário expressa um carácter menos conservacionista dos solos, e por isso, do meio ambiente, não obstante, o recurso à adubação orgânica revela uma atitude sustentável na prática de actividade agrícola. MAZOYER e ROUDART (2010) chamam à atenção da importância dos adubos, sobretudo orgânicos como os dejectos animais, o estrume e adubos verdes, na proporção às plantas de minerais nutritivos, aumentando, deste modo, a sua produção. Então, há necessidade de sensibilizar e capacitar os produtores familiares na matéria do uso de técnicas sustentáveis para a conservação dos solos através da difusão de informação.

No que tange ao uso de agrotóxicos⁷, dos 295 respondentes, 287 afirmaram que não usavam agrotóxicos, e os restantes 8 afirmaram contrariamente. O principal agrotóxico usado é a ureia, cuja frequência dos respondentes que afirmaram o seu uso foi 6, correspondendo a 2.0%, conforme ilustra a tabela 18. Essa situação, igualmente expressa o carácter bastante reduzido da agricultura praticada pelas famílias rurais do distrito na preservação dos recursos naturais, pois, tal como afirmam MONJANE et al (2011) “quando bem utilizados, os agrotóxicos impedem a acção de seres nocivos, sem estragar os alimentos. Mas se os agricultores não tiverem alguns cuidados durante o uso ou extrapolarem no tempo de acção dos agrotóxicos, estes podem afectar o ambiente e a saúde”.

As técnicas de conservação dos solos descritas caracterizam o tipo de agricultura praticada pelas famílias rurais do distrito de Chibuto, característico de uma agricultura tradicional com técnicas e instrumentos de prática agrícola, rudimentares em que na sua maioria não são ambientalmente sustentáveis. Não obstante, o recurso à policultura figura-se como um recurso positivo da agricultura na preservação dos recursos naturais dado que, “por sua vocação de unidade de produção e consumo, a agricultura (de natureza familiar) valoriza a diversidade”, permitindo a conservação dos solos.

Numa outra vertente, foi também observado e registado o desmatamento e/ou queimada na área de cultivo, tal como ilustra a tabela 16.

Tabela 16. Desmatamento e/ou queimada na área do cultivo

Características	Frequência	Percentagem
Desmatamento e/ou queimada na área a cultivar	(n = 295)	100.0
Sim	249	84.4
Não	46	15.6

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados recolhidos no campo, em 2103

⁷ Substâncias químicas utilizadas em produtos agrícolas e pastagens com a finalidade de alterar a composição destes e assim preservá-los da acção danosa de parasitas e moléstia que atacam as plantas ou de outras plantas que estejam a prejudicar a cultura principal.

O desmatamento e/ou a queimada na área de cultivo é um fenómeno que tem-se observado nos PA's em estudo. Dos 295 respondentes, 249 afirmaram que fazia-se desmatamento e/ou queimadas na área a cultivar, mas de forma controlada e, 46 respondentes afirmaram que não o faziam.

O cenário observado pode implicar uma atitude negativa que a agricultura traz na preservação dos recursos naturais e da paisagem rural do distrito, concretamente dos PA's observados, porém, dado que elas são feitas de forma controlada, podem não representar até um certo nível, uma ameaça ao meio ambiente. Sobre o facto, MAZOYER & ROUDART (2010:130) afirmam que o desmatamento (no período neolítico como eles sugerem ter iniciado o desmatamento) geralmente traduziu-se por uma degradação de fertilidade⁸, pelo aparecimento de processos erosivos mais ou menos graves conforme o biótopo, e uma mudança do clima capaz de levar até mesmo à desertificação, justificando-se pela exploração de madeira tropical e a expansão de plantações e áreas de criação, como se pode observar nas figuras 5 e 6.

Figura 5. Queimada numa das áreas a cultivar em Malehice



Fonte: Imagem tirada pelo autor, em 2013

⁸ A fertilidade dos solos reduz sendo a sua variação condicionada pelo clima. Após o desmatamento, a taxa de húmus residual é mais baixa se o clima for mais quente: em regiões temperadas frias é possível se manter em 1 ou 2 %, enquanto nas regiões quentes cai para menos de 1%. Em alguns climas quentes de estação seca acentuada, nos solos nus e excessivamente aquecidos, os coloides argilosos se desidratam, o que reduz ainda mais a capacidade de estocagem em minerais fertilizantes desses solos. Essa desidratação leva igualmente a um endurecimento do solo pouco favorável ao enraizamento das plantas cultivadas.

Figura 6. Desmatamento e Queimada numa das áreas a cultivar em Malehice



Fonte: Imagem tirada pelo autor, em 2013

Para além do desmatamento e queimada, constituem também problemas encontrados na produção, a erosão, a falta de água, a existência de pragas destruidoras das culturas, conforme ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 7: Problemas encontrados na produção



Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados do campo, 2014

No universo de 295 respondentes, 261 foram unânimes ao afirmar que o problema que afectava a produção é o de pragas e 26 respondentes foram da opinião que a falta de água constituía o maior problema encontrado na produção. Os restantes 8 respondentes afirmaram que a erosão constituía o problema que mais afecta a produção.

Em função desses resultados é possível realçar que a existência de pragas constituía o grande obstáculo para a sustentabilidade da produção agrícola no distrito, o que pode ser sustentado pelo pesquisa feita por CARVALHO (2011:81) que evidenciou que “para 40,4% dos agricultores familiares, o principal problema consubstanciava-se na presença de pragas nas plantações, como pulgão no feijão, a lagarta no milho e as formigas nas folhas de qualquer do cultivo, conforme se pode observar na figura 8. Dai que há precisão de se difundir e usar correctamente os agrotóxicos como forma de reduzir os problemas nocivos provocados pelas pragas.

Figura 7. Presença de pragas na folha de couve em Malehice



Fonte: Imagem tirada pelo autor, em 2013

A falta de água na produção agrícola associa-se aos grandes problemas enfrentados pela agricultura desenvolvida pelas famílias rurais do distrito e, sobre o caso, MOSCA (2012:75) afirma:

“Tanto em Moçambique como na Africa Austral, a disponibilidade de água é um dos factores mais constrangedores na produção agrícola. Embora a água para a produção agrícola se possa obter de diferentes fontes – chuva, cursos

superficiais, aquíferos, o método de rega mais generalizado em Moçambique é por via da precipitação (agricultura de sequeiro). Por esta razão, considera-se a disponibilidade de água das chuvas como um indicador importante do potencial agrícola”.

Em virtude do carácter tradicional da agricultura praticada no distrito, a chuva constitui um factor importantíssimo na produção, pelo que a sua ausência implica baixa ou quase inexistência de produção e produtividade agrícola. A tabela 17 explicita melhor a falta de chuva como indicador do potencial agrícola nos PA's observados, incluindo outros indicadores como a falta de material adequado de prática agrícola e a falta de gado bovino ou atracção animal.

Tabela 17. Problemas enfrentados pela agricultura desenvolvida pelas famílias rurais dos PAs observados

Características	Frequência	Percentagem
Problemas enfrentados pela agricultura familiar	(n = 301)	100.0
Falta de material adequado para o trabalho	91	30.2
Falta de chuva	61	20.3
Falta do gado bovino	16	5.3

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados recolhidos no campo, em 2103

A tabela revela que, dos 301 respondentes, 91 afirmaram que os problemas enfrentados pela agricultura familiar nos PA's em estudo consistem na falta de material adequado para o trabalho. A falta de chuva constitui também um dos problemas da agricultura familiar cujo número dos respondentes que afirmaram o facto foi de 61, correspondente a 20.3% do total dos respondentes. Os restantes 16 afirmaram que a falta do gado bovino constituía o principal problema enfrentado pela agricultura familiar.

O material adequado referido pelos agricultores resume-se no acesso limitado de novas tecnologias agrárias desde as novas variedades de culturas até aos instrumentos e equipamentos adequados á prática agrícola. Inclui-se neste contexto o acesso aos adubos ou fertilizantes e aos agrotóxicos. Esta situação pode ser sustentada pelo TOMAS (2005) ao afirmar que os sector agrário (familiar) do Pais emprega 80% de população que pratica uma agricultura de subsistência caracterizada pela fraca utilização de tecnologias modernas, fazendo referencia também à importância da atracção animal usada mais na região sul do Pais, o que demonstra a necessidade

de se alocar o gado bovino como forma de auxiliar e incentivar os agricultores a aumentarem a quantidade e qualidade de produção e produtividade.

Em Moçambique, particularmente no distrito de Chibuto, as novas tecnologias agrárias estão a ser difundidas como a batata-doce de polpa alaranjada, porém uma percentagem bastante reduzida dos camponeses ainda não tem acesso à elas, pelo que ainda usam as tecnologias rudimentares, também quando tem acesso. Esta situação justifica o baixo nível de produção e de produtividade agrícola no distrito e no País. Dai que, políticas agrárias que se adequam às necessidades actuais devem ser adoptadas e difundidas para todos os agricultores.

4.2. Factores determinantes do desempenho das múltiplas funções de agricultura desenvolvida pelas famílias rurais

CAZELLA, et al (2009) advogam como principais factores do desempenho das múltiplas funções de agricultura familiar, as dinâmicas territoriais e os projectos colectivos. São aspectos das dinâmicas territoriais os projectos colectivos, as iniciativas de privadas, as iniciativas individuais dispersas ou fragmentadas e as políticas públicas.

As dinâmicas territoriais e os projectos colectivos dizem respeito, tal como sustentam CAZELLA et al (2009:60), aos arranjos dos actores sociais e/ou institucionais em torno de objectivos e recursos compartilhados que intervêm sobre os territórios dados (projectos colectivos) e à tradução no espaço e no tempo, das repercussões económica, social, política e ambiental das acções dos actores e das relações (alianças e conflitos) entre eles (dinâmicas territoriais).

Desta feita, nesta temática não se pretende trazer na sua profundidade detalhes de todos os factores levantados por esses teóricos, pois, precisaria de um grande labor científico que poderia extravasar os limites temporais da pesquisa. Por isso, são trazidos alguns indicadores, dos demais, que justificam os factores a serem analisados neste conteúdo.

4.2.1. Projectos colectivos

Esta pesquisa traz referência à alguns projectos colectivos que actuam na dinâmica do distrito de Chibuto, concretamente nos PA's observados, na sua relação com a agricultura praticada pelas

famílias rurais. São projectos colectivos destacados nesta, algumas associações⁹ dos agricultores, algumas instituições públicas como o Conselho Municipal da Cidade de Chibuto (CMCC), o Instituto Nacional de Acção Social – Delegação de Chibuto (INAS) e os Serviços Distritais de Actividades Económicas de Chibuto (SDAEC).

SDAE (2012), refere que no ano 2012, o distrito de Chibuto dispunha de 39 associações agrícolas com 1924 membros dos quais 1323 eram mulheres e 632 homens. Para além das associações que correspondiam uma porção da extensão pública, o SDAE contava com 13 parceiros de cooperação com 18 técnicos e 04 empresas de fomento com 09 técnicos, tal como indica o anexo 1.

Dados disponibilizados pelos agricultores ditam que, nos PA's em estudo existem associações e projectos agrícolas ligados a agricultura, como: Associação de Missão Malehice, Associação *Lirhandzu*, Associação *Tsika-Ulolo*, Associação Estender Mão, Associação *Kusheula*, Associação Mata Fome, Associação *Txivirica*, Projecto Comida pelo Trabalho, Auxilio Mundial, Projecto de Estrada Mbambane, entre outros.

A tabela 18 apresenta dados relativos à participação dos membros de AF's nos projectos colectivos como as associações. Em função do disposto nessa tabela, 254 respondentes correspondente a 84.9% afirmaram que nenhum membro da família fazia parte de uma associação e, apenas 15.1% foi da opinião que existia algum membro da família fazendo parte de uma associação. A associação que mais integrava membros das famílias é a *Tsika-Ulolo* ditada por 6.0% dos respondentes e o projecto comida pelo trabalho foi referido por 3.0% dos respondentes. Dos entrevistados acerca da ocupação ou não de um cargo por esses membros integrantes de associações, 293 deles correspondentes a 98.0% responderam que nenhum membro já ocupou cargo nas associações referidas.

⁹ As associações consideradas nesta pesquisa são as formais, pois em muitos casos, famílias camponesas tem outras formas de cooperar informalmente

Tabela 18. Participação dos membros dos AF's nos projectos colectivos

Características	Frequência	Porcentagem
Algum membro da família faz parte de uma associação	(n= 299)	100.0
Sim	45	15.1
Não	254	84.9
Nome de associação	(n= 299)	100.0
Associação Tsika-Ulolo	18	6.0
Projecto comida pelo trabalho	9	3.0
Associação Kusheula	3	1.0
Ocupa ou já ocupou um cargo na associação	(n= 299)	100.0
Sim	6	2.0
Não	293	98.0

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados recolhidos no campo, em 2103

Os dados descritos reportam o nível baixo do associativismo por parte das famílias rurais praticantes de agricultura nos PA's em referência. Em decorrência disso, o desempenho das múltiplas funções de agricultura praticada por essas famílias resulta em níveis bastantes baixos, ou seja, o desempenho torna-se negativo pois, os agricultores ficam limitados em termos de acesso às novas tecnologias agrárias, ao crédito agrícola, às informações acerca de políticas agrárias, a produtos alimentares, a insumos agrícolas, entre outros benefícios.

BUAINAIN (2006), ao explicar a importância das associações dos agricultores, diz que o grau de organização e participação dos produtores familiares em organizações sociais, como cooperativas e associações de produtores, tem impacto directo sobre a capacidade de adopção de novas práticas, produção e eficiência do uso dos recursos. De um lado, a associação de interesses pode viabilizar o acesso à tecnologias e serviços que não estariam disponíveis para o produtor individual. Do outro lado, a organização geralmente resulta em mais e melhor informação, em amparo dos mecanismos colectivos de planeamento e em gestão de actividades.

Neste âmbito, a Associação *Tsika-Ulolo*, localizada no PA de Malehice, funciona desde 2005 e tem como objectivo fundamental, o desenvolvimento comunitário através da promoção de agricultura e criação de frangos. Os efeitos de actuação da associação no PA, tal como referiu o

presidente da mesma, refletem-se na produção e comercialização agrícola e pecuária, na protecção dos recursos hídricos e na ajuda à população nas suas actividades.

Não obstante, a associação enfrenta problemas, sobretudo da falta de um tractor para a prática agrícola, insumos agrícolas, para além de conflitos que se tem notabilizados entre as acções de controlo ambiental e prática agrícola, manifestando-se pelo desprezo por parte de alguns camponeses que não querem acatar os conselhos dados sobre a necessidade de preservar os recursos naturais. Portanto, são problemas que associação tem procurado resolver junto dos membros e da comunidade, e através da submissão de pedidos do material agrícola ao governo.

Dai que, sobre o assunto, BUAINAIN (2006) volta a afirmar que a um nível elevado de organização também aumenta o poder de pressão dos produtores familiares junto ao governo e junto à sociedade, podendo, como consequência, influenciar positivamente a intervenção pública, requisitar a assistência técnica, carrear recursos adicionais para os produtores e para a implantação de obras de infraestrutura básicas (estradas e eletrificação) que modificam em profundidade as opções produtivas dos produtores.

No contexto moçambicano, UAENE (2011:27) diz que o ser membro de uma associação influencia as decisões de adopção através de disseminação de informação melhorada. As associações são também um potencial para ultrapassar os fracassos do mercado do crédito. O acesso ao crédito agrícola nas instituições financeiras pode ser facilitado pela organização dos camponeses ou agricultores em associações, pois estas criam confiança entre os agricultores e essas instituições. Deste modo, há necessidade de estimular a criação de mais associações dos agricultores e incentivar a participação das famílias nas mesmas como forma de melhorar a sua produção e as suas condições de vida.

Como parte integrante de projectos colectivos, o CMCC contém na sua estrutura orgânica, uma área de vereação de agricultura, que segundo o vereador da área, as actividades já realizadas foram de sensibilização dos camponeses, compra de tractor, agrotóxicos, plantio de árvores e criação de fruteiras. As suas prioridades vão em função das prioridades do Município, sendo de destacar a disponibilização da água potável e o combate à fome através da garantia de segurança alimentar. Não obstante, a instituição resente-se da insuficiência de tractores agrícolas, da acção

das cheias e da perda de culturas, para além dos conflitos travados quando se planta árvores como forma de controlo ambiental e, por conseguinte, as pessoas arrancam as plantas.

Em torno desta problemática, como forma de respondê-la, o Município planificou a criação de diques para a retenção de água e a montagem de motobombas; planificou também o aumento do gado de fomento pecuário para a zona baixa do município; igualmente tem plano criação de viveiros e de distribuição de sementes. Por isso, em função das actividades realizadas no sector agrícola desde o ano 2000, notou-se, segundo o entrevistado, uma evolução e tem contado sempre com a empresa turca que implementa a actividade agrícola e emprega algumas pessoas.

INAS também constitui uma instituição que foi alvo de entrevista para a presente pesquisa. Na conversa com a Delegada, registou-se que a instituição actuava em torno da esfera social através da disponibilização de subsídio social básico, apoio social directo e produzia efeitos na componente nutricional e no saber social concernente ao uso dos próprios recursos.

Embora essas práticas institucionais referidas não têm se evidenciadas nas famílias rurais camponesas, em virtude da incidência maior de pobreza e da maior demanda de serviços sociais que acaba superando a oferta, por exemplo, que INAS tem, é importante sublinhar o papel preponderante que as instituições públicas desempenham no melhoramento da produção e das condições de vida das famílias rurais. É neste preâmbulo que MOSCA (2012:60) sublinha a influência dos factores institucionais como o fraco capital humano, o fraco acesso aos mercados de insumos e factores (de produção), o fraco apoio financeiro aos produtores e uma rede viária deficiente, na baixa produtividade agrícola em Moçambique.

4.2.2. Iniciativas privadas

As iniciativas privadas funcionam como vectores dinamizadores de territórios, dado que, no contexto da agricultura, elas permitem, através da venda dos produtos agrícolas, a obtenção do rendimento agrícola, o que possibilita a reprodução económica e social das famílias. Nesta lógica, existem em Chibuto, concretamente nos PA's observados, algumas organizações privadas individuais e colectivas (propriedades privadas) que empregam um número considerável de camponeses, tais como as machambas do Ramtula Mussagy e a empresa agrícola dos Turcos, ambas localizadas no PA de Chaimite, tal como ilustram as figuras 8 e 9.

Para além das propriedades privadas, destacam-se as organizações privadas que mantêm a cooperação com as instituições públicas, sobretudo com a SDAEC, como já se referiu anteriormente, e constituem alavancas para viabilizar o desenvolvimento agrícola do distrito e, conseqüentemente, o bem-estar social das famílias rurais. São algumas delas a Visão Mundial, *Save The Children*, Auxílio Mundial (*World Relief*), *Samaritan* e ATEDECO.

As instalações da visão Mundial encontram-se situadas no PA de Malehice, e como instituição, a sua atenção está virada ao cuidado das crianças órfãs. Dai que, naquela parcela do distrito de Chibuto, ela apresenta, dentre vários objectivos, a capacitação das famílias e comunidades em matéria de agro-negócios, como forma de garantir o bem-estar das crianças; a contribuição para a redução da desnutrição crónica entre as crianças e garantir a segurança alimentar; a garantia do acesso à água potável nas comunidades locais. Portanto, esta instituição actua na esfera social como dinamizador do desenvolvimento das famílias rurais do distrito.

Pode se notar que, desde a sua intervenção naquele PA em 2000, a Visão Mundial teve êxitos dado que permitiu a construção de salas de aulas e o apoio em material escolar, facilitando o acesso à escola por parte das crianças vulneráveis, apoiou também alguns projectos das associações agropecuárias (como a Coligação Comunitária de Cuidados de Sida em Banganhane) para além de ter aberto fontes de abastecimento de água. Facto importante, é a sensibilização à população sobre a necessidade de cuidar da sua saúde frequentando nos centros de saúde.

Portanto, este é um dos exemplos de algumas iniciativas privadas que podem dinamizar o desenvolvimento territorial, como é o caso do distrito de Chibuto, através, não apenas de actividades agrícolas, mas também das actividades não agrícolas que possam permitir a reprodução socioeconómica das famílias rurais, tal como CAZELLA e tal (2009) sustentaram ao afirmar que a actividade agrícola não é a única dinamizadora do desenvolvimento territorial nas zonas rurais, sendo que existem as não agrícolas também responsáveis pela reprodução socioeconómica das famílias e da comunidade nas zonas rurais, e as iniciativas privadas configuraram-se como os principais vectores de desenvolvimento dessas actividades.

Figura 8. Produção de tomate na machamba privada, em Chaimite



Fonte: imagem tirada pelo autor, 2013

Figura 9. Produção de tomate na machamba privada, em Chaimite



Fonte: imagem tirada pelo autor, 2013

Tal como se referiu da Visão Mundial, a propriedade do Ramtula Mussagy opera desde 1980 e já produziu desde esse ano quantidades enormes de tomate, feijão e milho. Actualmente, tem como

prioridades a produção de tomate e de feijão para a comercialização, porém, devido aos vários factores, a empresa não tem tido retorno do investimento em termos de compra de pesticidas, pagamento de salários, compra de insumos agrícolas – afirmou o proprietário das machambas.

A propriedade, tal como afirmou o proprietário, não produz nenhum efeito em termos de ordenamento territorial, mas em termos socioeconómicos permite aos camponeses a sua empregabilidade e a obtenção de rendimentos que possibilitam a manutenção da família. Desta feita, pode se afirmar que ela actua na esfera produtiva e tem investido muito nela, pese embora as políticas agrárias não têm-se reportado com eficiência e na prática, sobretudo o Fundo do Desenvolvimento Agrário e o Fundo de Desenvolvimento Distrital.

Deste modo, há necessidade de se incentivar as iniciativas privadas, pois são os principais actores dinamizadores da economia e do desenvolvimento social de um território e, o Estado ou O governo tem um papel indispensável nesse incentivo.

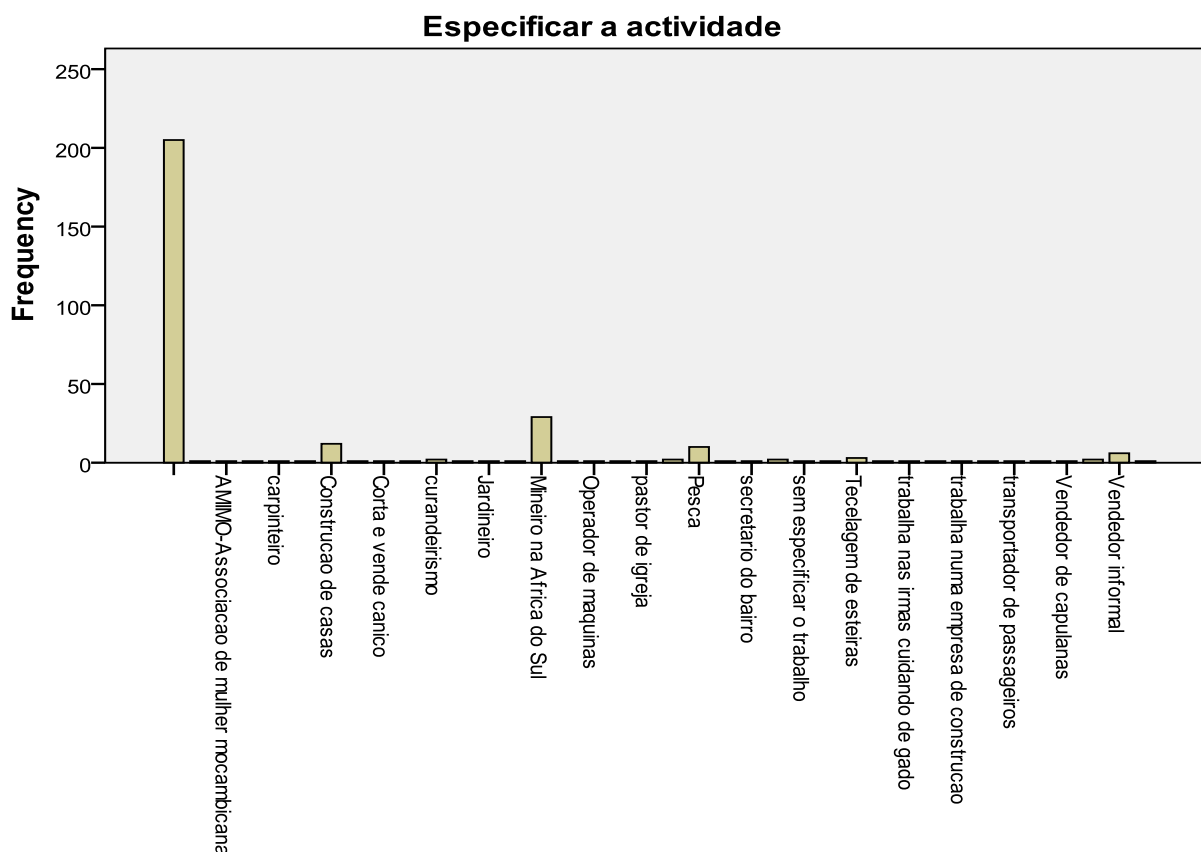
4.2.3. Iniciativas individuais dispersas ou fragmentadas

As iniciativas individuais dispersas ou fragmentadas referem-se àquelas actividades exercidas sobre os territórios que não se apresentam enquadradas nos exercícios formais ou que não são conduzidas pelas políticas públicas ou movimentos sociais, como já referido inicialmente. Para esta análise configuram-se iniciativas individuais dispersas ou fragmentadas, todas as outras actividades não formais exercidas fora do âmbito agrícola. Embora já discutidas nos aspectos socioeconómicos do presente capítulo, compete-se nesta vertente analisar o nível de influência desta variável no concernente ao desempenho de múltiplas funções de agricultura desenvolvida pelas famílias rurais do distrito de Chibuto, com base em algumas actividades desenvolvidas.

Como se pode notar no gráfico 8, poucas famílias têm desenvolvido outras actividades, o que já foi referido anteriormente. Desses poucos, são actividades desenvolvidas pelas famílias rurais do distrito, a mineira na Africa do Sul, a pesqueira, a construção de casas precárias assim como melhoradas, o comércio informal, a tecelagem de esteiras, entre outras. São estas actividades que têm garantido a reprodução socioeconómica das famílias rurais do distrito, dado que a agricultura não se revela sustentável para elas, em termos de garantir a segurança alimentar e nutricional. Para sustentar a realidade observada, MOSCA (2012) faz referência ao surgimento do comércio

informal nas zonas rurais decorrente da destruição que a guerra (dos 16 anos) provocou para grande parte das infra-estruturas.

Gráfico 8. Algumas iniciativas individuais



Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados do campo, 2014

Mosca (2009) citado por MOSCA (2012:33) “defende que as economias informais contribuem para a redução da pobreza gerando rendimentos e emprego a curto prazo, mas constituem um obstáculo ao desenvolvimento económico a longo prazo”. Tal como acontece em todo o País, a rede comercial do distrito figura-se como um dos exemplos da secundarização do meio rural políticas públicas, pois estas não se reportam de forma eficiente para incentivar e promover o comércio formal bem como as outras actividades de geração de rendimento e criação do emprego.

Para além do comércio informal, a actividade mineira integra muitos jovens e adultos que emigram das suas comunidades à procura do emprego para sustentar as suas famílias garantindo a sua reprodução socioeconómica.

4.2.4. Políticas públicas

Com a variável sobre as políticas públicas, não se pretende examinar todos os indicadores que a ela dizem respeito, pois não seria possível esgotá-los. Serão examinados alguns deles de modo a verificar a sua influência no desempenho das múltiplas funções de agricultura praticada pelas famílias rurais do distrito de Chibuto. Neste contexto, a análise cingir-se-á em algumas políticas públicas confrontando-as com os dados obtidos dos entrevistados.

As políticas podem ser vistas em várias perspectivas como a sociológica, a económica e a geográfica. Dado que o modelo de desenvolvimento territorial constitui a perspectiva de análise na presente pesquisa, as políticas públicas, como factores indispensáveis para o exame do desempenho das múltiplas funções de agricultura praticada pelas famílias rurais, são concebidas como “aquelas formuladas e aplicadas o mais directamente possível às modificações na estrutura territorial do País”.

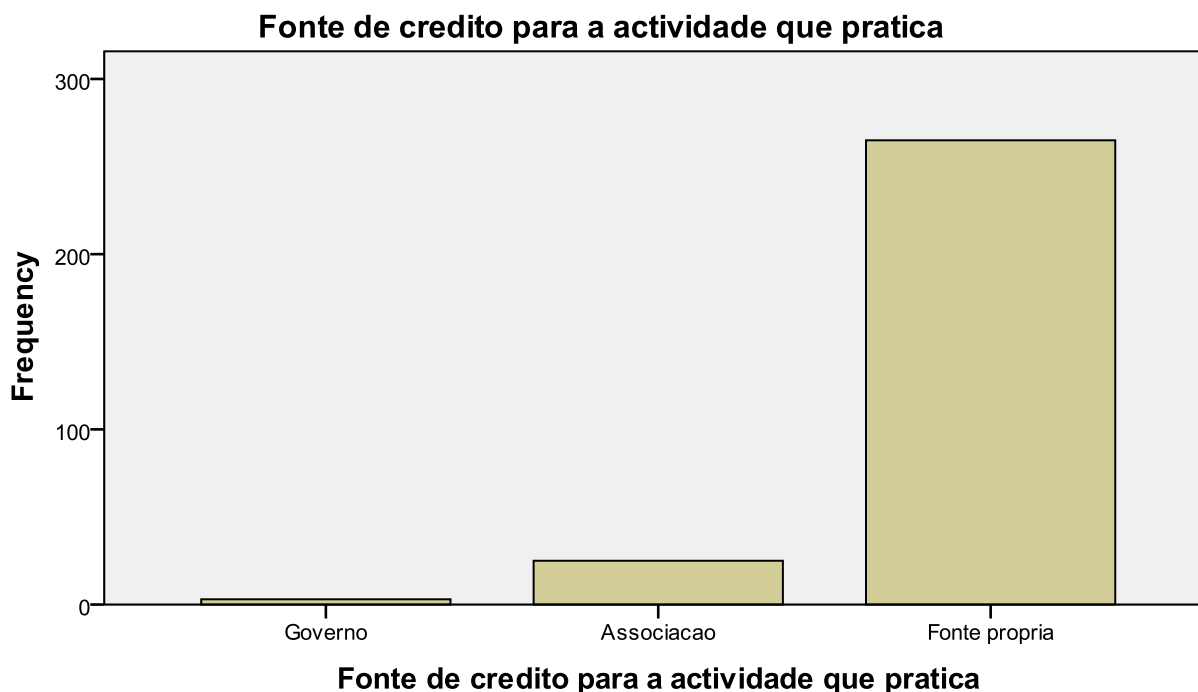
Em função disso, essas políticas podem ser designadas por políticas territoriais, as que abrangem “toda e qualquer actividade estatal que implique, simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas” (COSTA, 1988:13).

Fazem parte das políticas territoriais, as políticas agrárias que no seu conteúdo devem reportar elementos fundamentais para o desenvolvimento da agricultura no meio rural. O gráfico 9 alude a principal fonte de crédito agrícola para as famílias camponesas do distrito de Chibuto, concretamente nos PA's em estudo, como um indicador de concretização dessas políticas.

Os dados dispostos no gráfico, indicam que o crédito agrícola provém da fonte própria das famílias rurais dado que aproximadamente a 300 entrevistados afirmaram que tem usado o seu próprio dinheiro adquirido em outras iniciativas individuais para sustentar a sua actividade agrícola. Fazer parte também de uma associação revela-se como estratégia fundamental para ter acesso ao crédito agrícola, embora apenas 25 respondentes afirmaram que obtêm o crédito nas

associações. Um número bastante reduzido de respondentes (apenas 3) afirmou que a fonte de crédito agrícola era o governo.

Gráfico 9. Fonte de crédito para actividade agrícola



Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados do campo, 2014

O facto de maior parte dos respondentes afirmarem que a fonte de crédito é própria revela que o governo, que devia ser responsável pela disponibilização do crédito agrícola aos camponeses, não se faz sentir, de tal forma que estes tornam-se sujeitos às regulações do mercado “sem condições de concorrerem com produtos que recebem auxílio proteccionista”, tal como se referiu anteriormente ao citar SEGRELLES (2007) citado por NUNES & SERRANO (2009).

Nesta esfera de análise, os camponeses sujeitam-se à marginalização, pois não têm condições de competir com o mercado agrícola regional e mundial e, por conseguinte, ficam à margem desses mercados, o que pode ser sustentado por Abromovay ao referir que uma agricultura que não se encontra integrada ao mercado capaz de incorporar novas técnicas não pode ser considerada familiar. Portanto, é uma agricultura camponesa desvinculada do mercado, pois não tem auxílio governamental.

Sobre o facto, MOSCA (2011:447) afirma que os produtores de pequena escala, os camponeses e a produção rural foram marginalizados durante o período socialista como resultado da radicalização na aplicação do modelo económico e por razões ideológicas do socialismo ortodoxo, que sempre considerou o camponês como uma classe residual durante o período de transição entre o capitalismo e o socialismo.

Dados disponibilizados por Milagre Simbine¹⁰, supervisor de extensão do SDAEC, referem que existem políticas de âmbito nacional que tem interferido na dinâmica do distrito, destacando-se o Programa Nacional de Extensão Agrária cujo foco principal, são as mulheres vulneráveis. Desde a sua implementação registou-se grande evolução, pois, a sua colaboração com as ONGs, criou-se condições para a produção de alimentos e sua comercialização. Porém, ainda há muitos desafios que exigem melhoria na intervenção local desta e de outras políticas como o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD).

A População do distrito de Chibuto, segundo a mesma fonte, demanda mais os produtos alimentares e condições financeiras, de modo a satisfazer as suas necessidades, garantir a segurança e dieta alimentar e, sobretudo, a melhoria de sua qualidade de vida. Em virtude disso, as políticas nacionais têm-se reportado com convergência, o que contradiz com os dados disponibilizados pelas famílias sujeitas à essas políticas. Historicamente, as políticas agrárias na visão de MOSCA (2011:45), durante o período 1975-2009 foram fortemente politizadas e sem consideração pelas realidades.

Isso pode se fundamentar na base dos documentos, cujas prioridades por culturas são vagas e a segurança alimentar pouco ou nada é referida de forma consistente. Para além destas limitações, as políticas agrárias não têm discutido questões relativas ao empoderamento das famílias no meio rural e à elevação do nível de vida e do rendimento das famílias, ditando o nível baixo de investimento na agricultura.

Existem sectores fundamentais que promovem a dinâmica local como o de agricultura, infra-estruturas (vias de acesso), saúde e educação. A estas, as políticas têm papel primordial na sua

¹⁰ Entrevista concedida no dia 13 de Agosto de 2013 no SDAEC

intervenção, avaliando pelo nível de desenvolvimento do distrito e do País, que se manifesta pelo nível de pobreza das famílias rurais, aquelas que sobrevivem na base da actividade agrícola e de outras iniciativas individuais como a pesca artesanal. Dai que as políticas de microcréditos e microfinanças seriam instrumentos relevantes para dinamizar o desenvolvimento local do distrito de Chibuto, dado que os camponeses e famílias rurais não têm acesso ao crédito agrícola para financiar a sua actividade.

O encaminhamento dos problemas locais da comunidade aos órgãos públicos bem como as principais fontes de informação sobre as políticas do agricultor familiar e meio rural, destacam-se também como indicadores de como as políticas públicas se reportam às dinâmicas locais do distrito de Chibuto. A tabela 19 ilustra melhor esses indicadores.

Tabela 19. Indicadores da influência de políticas públicas no desempenho das múltiplas funções de agricultura praticada pelas famílias rurais dos PA's observados

Características	Frequência	Porcentagem
Encaminhamento dos problemas locais da comunidade aos órgãos públicos	(n= 301)	100.0
Do chefe de bloco, chefe de quarteirão, secretário do bairro, chefe do posto até as instâncias superiores	201	66.8
Secretário do bairro	52	17.8
Chefe do quarteirão	9	3.0
Principais fontes de informação sobre as políticas do agricultor familiar e meio rural	(n= 301)	100.0
Reuniões de blocos	102	33.9
Secretário do bairro	65	21.6
Chefe de bloco	58	19.3
Sem acesso a informação	20	6.6

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados recolhidos no campo, em 2103

Tal como se pode notar na tabela, 66.8% dos entrevistados foram da opinião que os problemas locais da comunidade chegam aos órgãos públicos obedecendo a hierarquia que parte do chefe

do bloco seguindo ao chefe do quarteirão, secretário do bairro, chefe do posto até às instâncias superiores, demonstrando uma certa lógica na resolução dos problemas locais.

Não obstante, na conversa com as famílias notou-se que muitos dos seus problemas não eram solucionados em virtude dos representantes aqui hierarquizados não se preocuparem com os mesmos e não reportarem junto dos órgãos competentes. Dai que vários problemas que prevalecem e que foram mencionados nos conteúdos anteriores sejam explicados por estes factores que se podem resumir na dificuldade comunicativa entre os representantes do governo e a população.

A tabela indica também que a informação sobre as políticas do agricultor familiar e meio rural é obtida durante as reuniões dos blocos o que é comungado por 33.9% dos entrevistados. 21.6% dos entrevistados respondeu que as principais fontes de informação sobre as políticas do agricultor e meio rural são os secretários dos bairros e 6.6% é daqueles que afirmaram não ter acesso à informação.

Esse cenário expressa o que ANDERSON, (1994); THOMAS, LABEWIG & MCINTOSH, (1990), citados por BUAINAIN (2006) sustentaram ao afirmar que “em vários países, informação a respeito de sistemas produtivos é fornecida por agências governamentais de extensão rural. Em muitos casos, fontes alternativas (vizinhos, reuniões em grupo, consultores, organizações não governamentais, contactos pessoais, televisão, livros, revistas e outros materiais impressos) são também importantes”.

Desta feita, o acesso à informação por parte das famílias rurais do distrito pode significar um desempenho maior das funções de agricultura no sentido do aumento de produtividade e eficiência. Contudo, os autores acima citados chamam à atenção dizendo que “mesmo que haja suficiente informação disponível, a decisão de adopção é medida pela disponibilidade de capital, terra, crédito ou outros recursos económicos”.

5. CONCLUSÃO

Partindo-se de princípio que analisar o desempenho das múltiplas funções de agricultura praticada pelas famílias rurais do distrito de Chibuto constituiu o propósito desta pesquisa tendo em conta o problema levantado e as questões traçadas como elementos fundamentais para a resolução do problema, pode se perceber que as dinâmicas territoriais e os projectos colectivos afiguram-se como factores-chave que influem na reprodução socioeconómico das famílias rurais do distrito, a garantia de segurança alimentar, a manutenção do tecido social e cultural bem como a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Numa perspectiva teórico-analítica e estabelecendo um vínculo entre os resultados obtidos no âmbito da recolha de dados e o modelo teórico de território e desenvolvimento territorial secundado por outras abordagens teóricas, o desempenho das múltiplas funções de agricultura praticada pelas famílias rurais do distrito de Chibuto, concretamente nos postos administrativos de Malehice, Chibuto-sede e Chaimite, pode ser resumido da seguinte forma:

A reprodução socioeconómica das famílias rurais do distrito não era garantida pela actividade agrícola, ou seja, a agricultura não desempenhava significativamente o papel de reprodução socioeconómica das famílias rurais dado que não garantia o emprego principalmente para os jovens e, pelo facto de ser uma actividade não assalariada, garantia um rendimento familiar bastante reduzido que não permitisse a permanência, em muitos casos, dos jovens nas comunidades.

Em relação à função de segurança alimentar das famílias e da sociedade, os resultados mostraram que o distrito não conseguia produzir uma quantidade suficiente para o auto-consumo, pese embora que o destino da produção fosse do consumo familiar. Maior percentagem dos entrevistados foi daqueles que referiram que, em caso da família e da comunidade ser assolada pela forma não estariam em condições de superá-la devido a insuficiência ou falta de condições financeiras e de alimentação, o que revelou a presença de uma segurança alimentar reduzida.

Outro aspecto da multifuncionalidade de agricultura no distrito é a manutenção do tecido social e cultural. Em função dos resultados analisados, este revelou-se em níveis bastantes reduzidos dado que as famílias e as comunidades não conseguiam manter os seus hábitos e costumes, não

obstante haver algumas manifestações dispersas no concernente à produção de algumas bebidas indispensáveis para a celebração dos rituais, sobretudo *kuphalha*, o lobo e outros.

Em relação à função de preservação dos recursos naturais e da paisagem rural do distrito, os dados dos postos administrativos analisados aludiram que, embora seja difícil referir-se desta variável, a agricultura praticada pelas famílias rurais não agenciava significativamente essa função pois, poucas técnicas (modernas) se usavam para a conservação do solo, poucos usavam agrotóxicos como preventores de acção danosa dos parasitas.

Embora essa acção negativa de agricultura não seja tão elevada como se poderia comparar com uma agricultura intensiva que usa tecnologias modernas mas não sustentáveis, há necessidade de se partir para um outro estágio de agricultura sustentável, que tenha em conta as condições do meio ambiente, mas que também garante uma maior produção e produtividade, e essa pode ser a agricultura orgânica que, parte dos camponeses aplica esta forma manifestando-se pelo uso de adubos orgânicos como dejetos de animais, o capim decomposto.

A situação do desempenho da agricultura praticada pelas famílias rurais do distrito de Chibuto descrita acima, pode ser explicada pelas dinâmicas territoriais e projectos colectivos, referidos na teoria que norteia a presente pesquisa. Os projectos colectivos presentes nos postos administrativos em referência e que foram intersectados durante a pesquisa revelaram um papel reduzido no desempenho de múltiplas funções de agricultura no distrito visto que, embora os dados dos Serviços Distritais de Actividades Económicas de Chibuto (SDAE) apresentarem um número significativo de associações formais presentes, os membros das famílias integrantes dessas associações são bastante reduzidos.

As associações existentes e que integram algumas famílias, tem desempenhado um papel crucial nas funções de agricultura tal como, a disponibilidade de crédito agrícola, a concessão de algumas parcelas de terra para os camponeses, a criação de frangos que resultam na rentabilidade da associação e, conseqüentemente dos membros integrantes, a possibilidade de formação dos membros e mais. Dai que há necessidade de se incentivar a participação dos membros das famílias nas associações.

As instituições públicas como SDAE, Instituto Nacional de Acção Social (INAS) e o Conselho Municipal da Cidade de Chibuto (CMCC), têm revelado um papel importante no desempenho de múltiplas funções de agricultura, na medida em que, por exemplo o SDAE dá assistência técnica às famílias camponesas através dos serviços de extensão agrária em colaboração com os parceiros de cooperação, pese embora ressentir-se da insuficiência dos técnicos extensionistas e do equipamento adequado de trabalho.

O INAS, através da sua actuação na esfera social, tem disponibilizado o subsídio social básico e o apoio social directo e que tem influenciado na componente nutricional e na sensibilização das famílias a usarem os seus próprios recursos. Igualmente, o CMCC tem também desempenhado o seu papel em torno da multifuncionalidade de agricultura no distrito através da sensibilização dos camponeses, compra de tractor, agrotóxicos, plantio de árvores e criação de fruteiras, actividades realizadas até o ano 2013 e, algumas das suas prioridades são a disponibilização de água potável e a garantia de segurança alimentar.

As iniciativas privadas afiguraram-se como outra variável que explica o desempenho de múltiplas funções de agricultura praticada pelas famílias rurais do distrito. Duas propriedades de carismas importantíssimos analisadas têm dinamizado o sector agrícola do distrito pois, a sua esfera de actuação é a produção: a propriedade do Ramtul Musaagy e a dos turcos associados. Para além de produzir quantidades consideráveis de produtos agrícolas para a comercialização, empregam uma parte das famílias em função das suas condições, contribuindo para o seu rendimento. Iniciativas deste género são fundamentais para o investimento e dinamização da agricultura no distrito.

As iniciativas individuais dispersas ou fragmentadas reportaram-se também influentes no desempenho das múltiplas funções de agricultura em virtude de garantir o emprego, embora não formal, às famílias, o seu rendimento que permite a compra de alguns insumos agrícolas, a compra de alimentação para a família, entre outros benefícios.

Finalmente, os programas públicos como variável fundamental na explicação do desempenho de múltiplas funções de agricultura desenvolvida pelas famílias rurais, reportaram uma influência negativa sobretudo, no acesso ao crédito agrícola por parte das famílias camponesas dado que

estas não têm recebido crédito do governo, significando que não existem políticas públicas que, no concreto incentivam as famílias a produzirem através da disponibilidade do crédito agrícola. Essas famílias encontram solução nas suas iniciativas individuais, como se referiu anteriormente.

Em termos de acesso à informação sobre as mesmas políticas e o encaminhamento dos problemas das famílias até aos órgãos públicos, os programas públicos tem-se reportado positivamente, dado que através das suas estruturas territoriais, as famílias acessam a informação e encaminham devidamente os seus problemas. Porém, por si só, não explicam o desempenho das múltiplas funções de agricultura pois, é necessário que a informação que chega seja concretizada através de incentivos, investimento e protecção as famílias contra as logicas do mercado agrícola internacional moderno.

Deste modo, a noção de multifuncionalidade de agricultura como modelo a seguir deve ser tomado em consideração quando se pretende traçar políticas e estratégias de desenvolvimento rural sustentável do distrito de Chibuto, tendo em conta o tipo de agricultura praticada que está longe de uma agricultura familiar, tal como referiu Abromovay, aquela altamente integrada ao mercado e que incorpora as novas tecnologias, requerendo maior protecção do governo. A incorporação do modelo de multifuncionalidade de agricultura requer que as dinâmicas territoriais e os projectos colectivos estejam presentes no território, neste caso, no distrito de chibuto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *De Camponeses à Agricultores: Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Tese de Doutorado. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. 1990. [Online], obtido em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>;

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. 2ª Edição. São Paulo-Campinas. Editora HUCITEC. Editora da UNICAMP. 1998;

ALLES, Jair Miguel. *Políticas Públicas, Conselhos Municipais e Agricultura Familiar: Representações sobre o Rural em Roca Sales/RS e a Emergência da Noção de Multifuncionalidade de Agricultura*. Dissertação do Mestrado nº 51. Porto Alegre. UFRGS. 2005. [Online], obtido em www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6752/000534547;

BUAINAIN, António Márcio. *Agricultura Família, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: Questões para Debate*. 1ª Edição. Brasília. Editora IICA. 2006. [Online], obtido em repiica.iica.int/docs/B0417p/B0417p;

CAMARGO, Regina A. L. de & OLIVEIRA, Julieta T. A. de. *Agricultura Familiar; Multifuncionalidade de Agricultura e Ruralidade: Interfaces de uma Realidade Complexa*. In *Ciência Rural*, V. 42, Nº 9, p. 1707-1714. ISSN 0103-8478. 2012. [Online], obtido em socialsciences.scielo.org/.../similar.php?...Herança%20e%20gênero%20e;

CANALMOZ. *Diário Digital*. Ano 6. nº 1197. Maputo. Quarta-feira, 30 de Abril de 2014. www.canalmoz.co.mz;

CARVALHO, D. C. M. de. *Agricultura Familiar em Uruçuí: Multifuncionalidade e Impactos Ambientais*. Dissertação de Mestrado. TERESINA. UFPI. 2011. [Online], obtido em www.bdpa.cnptia.embrapa.br/busca?...%22CARVALHO...%22CARVAL...;

CAZELLA, Ademir. A, et al. (Org.). *Agricultura Familiar: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar no Brasil*. Rio de Janeiro. Mauad X. 2009. [Online], obtido em <http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2011/08/CAZELLA-BONNAL-MALUF-Agricultura-Familiar-Multifuncionalidade>;

CHAYANOV, A. V. *Sobre a Teoria dos Sistemas Económicos Não Capitalistas*. In SILVA, J. Graziano da & STOLEKE, V. *Questão Agrária*. SP, Brasiliense. 1981;

COSTA, Wanderley M. da. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo. Contexto. 1988;

FERNANDES, Edite M. da G. P. *Estatística Aplicada*. Braga. Universidade do Minho. 1999;

FERREIRA, Ana P. de M. & MESQUITA, Helena A. de. *O Sentido do Desenvolvimento da Agricultura sob o Capitalismo: Paradigmas em Debate*. Revista Pegada, v. 10, n. 1. P. 15-28. 2009. [Online], obtido em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/1667/1603>;

FILHO, Hildo M. de S. et al. *Condicionantes da Adopção de Inovações Tecnológicas na Agricultura*. *Caderno de Ciência & Tecnologia, Brasília*, v. 8. nº 1 P. 223-255. 2011. [Online], obtido em <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/86647/1/condicionantes-da-adocao>;

FREUND, John E. *Estatística Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade*. 11ª. Edição. Porto Alegre. Bookman. 2006;

GAVIOLI, Felipe R. e COSTA, Manoel B. B. *As Múltiplas Funções de Agricultura Familiar: Um Estudo no Assentamento Monte Alegre, Região de Araraquara (SP)*. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 49 (2), pp. 449-472 [Online], obtido em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032011000200008;

GIL, António Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 2ª Edição. São Paulo. Editora Atlas. 1989;

HAJNALKA, Petrics & ALAJOS, Fehér. *The Multifunctionality of Agriculture and Risk Management as Seen by Hungarian Farmers Involved in Diversified Farming*. *Studies in Agriculture Economics*, N°. 109. P. 103-106. 2009. [Online], obtido em ideas.repec.org/a/ags/stagec/49196.html;

INE (Ed.). *III Recenseamento Geral da População e Habitação, 2007. Resultados definitivos da Província de Gaza*. Maputo. 2010;

KAGEYAMA, Ângela A. *Desenvolvimento Rural. Conceitos e Aplicação ao Caso Brasileiro*. UFRGS. s/d.. [Online], obtido em www.ufrgs.br/pgdr/livros/serie_estudos_rurais/livro_24.php?menu;

MAE. *Perfil do Distrito de Chibuto, Província de Gaza*. 2005. [Online], obtido em www.portaldogoverno.gov.mz/Informacao/distritos/gaza/Chibuto;

MAPENGO, Manuel. *Migração Rural-Urbana e Crescimento Populacional da Cidade de Maputo*. Edição PubliFix. Maputo-Moçambique. Centro de Análises de Políticas, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane. 2011;

MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence. *História das Agriculturas no Mundo: Do Neolítico à Crise Contemporânea*. São Paulo. Editora UNESP. 2010. [Online], obtido em <http://w3.ufsm.br/gpet/files/Historia%20das%20agriculturas%20no%20mundo%20-%20Mazoyer%20e%20Roudart.pdf>;

MESQUITA, Paulo E. de. *Multifuncionalidade e Preocupações Não-Comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC*. Brasília. Instituto Rio Branco e Funag. 2005. [Online], obtido em <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0320.pdf>;

MONJANE, António A. R. et al. *Manual de Educação Ambiental*. 1ª Edição. Maputo. Editora Educar. 2011;

MOSCA, Joao (coord.). *Contributos para o Debate da Agricultura e do Desenvolvimento Rural*. Maputo-Moçambique. Escolar Editora. 2012;

MOSCA, João. *Políticas Agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*. Maputo-Moçambique. Escolar Editora. 2011;

MPD. *Estratégia de Desenvolvimento Rural*. Maputo. Aprovado pelo Conselho de Ministros. 2007;

MULENGA, Alberto. *Introdução à Estatística*. Maputo. 2010

NUNES, João O. R. & SERRANO, José A. S. *Análise Agrária da Multifuncionalidade da Terra na Província de Alicante – Espanha*. Revista Nera – Ano 12, N°. 14, P. 1806-6755, Janeiro/Junho 2009 – ISSN. [Online], obtido em rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/12661/3/7_nunes.pdf;

PINTO-CORREIA, Teresa. *Multifuncionalidade da Paisagem Rural: Novos Desafios à sua Análise*. In *Inforgo*, 67-71. 2007. [Online], obtido em www.apgeo.pt/files/.../Inforgo%2020&21%20Paginas_067_071.pdf;

PNUD & FAO. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito de Chibuto*. 2008. [Online], obtido em www.apgeo.pt/files/.../Inforgo%2020&21%20Paginas_067_071.pdf;

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo. Editora Ática. 1993;

REPÚBLICA DE MOCAMBIQUE – *Plano de Acção Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crónica em Moçambique 2011-2014 (2020)*. Maputo. 2011. [Online], obtido em http://www.who.int/nutrition/landscape_analysis/MozambiqueNationalstrategyreductionstunting_Portuguese.pdf;

SABOURIN, Eric. *Implicações Teóricas e Epistemológicas do Reconhecimento da Noção de Multifuncionalidade da Agricultura*. *Estud. Soc. Agric.* V. 13, n°. 2. Rio de Janeiro, P. 161-189, 2005. [Online], obtido em <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/262/258>;

SCHNEIDER, S. *Território, Ruralidade e Desenvolvimento*. In: LOZANO, Fábio V.; MEDINA, Juan G. F. (Editores), (Org.). *Las Configuraciones de Los Territorios Rurales en el Siglo XXI*. 1ª Edição. Bogotá/Colômbia. Editorial Pontificia Universidade Javeriana. V. 1, p. 67-108. 2009. [Online], obtido em <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/726.pdf>;

SCHNEIDER, Sérgio. *Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriactividade*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 18, N°. 51. 2003. [Online], obtido em www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.

SDAE. *Relatório de Actividades para o Conselho Coordenador da DPA*. Chibuto, Outubro de 2012.

SHANIN, Teodor. (s/d). *A Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações. O Velho e o Novo em uma Discussão Marxista*. Universidade de Manchester. P. 43-80. [Online], obtido em http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/a_definicao_de_campones.pdf;

SITOE, Tomás A. *Agricultura Familiar em Moçambique: Estratégias de Desenvolvimento Rural*. Maputo. 2005. [Online], obtido em http://www.sarpn.org/documents/d0001749/Agricultura_Mocambique_June2005.pdf;

SOARES, Adriano C. *A Multifuncionalidade de Agricultura Familiar*. Proposta N°. 87. 2000/2001. [Online], obtido em <http://sustentavelplanetaeuquero.blogspot.com/2009/04/multifuncionalidade-da-agricultura.html>;

TCHAYANOV, A. V. *Teoria dos Sistemas Económicos Não-Capitalistas*. P. 477-502. 1924. [Online], obtido em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf>;

UAIENE, Rafael N. *Determinantes para a Adopção de Tecnologias Agrícolas em Moçambique*. Maputo. 2011. [Online], obtido em http://fsg.afre.msu.edu/mozambique/caadp/Uaiene_Adopcao_Tecnologias_Pt.pdf;

WANDERLEY, Maria de N. B. *Agricultura Familiar e Campesinato: Rupturas e Continuidades*. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, 21. 42-61. 2003. [Online], obtido em <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/238/234>.

APÉNDICE

Apêndice 1. Balanço da 1ª Época, 2011-2012, para o Sector Familiar

	Culturas												Total
	Milho	Arroz	Feijão Nhemba	Amendoim	Mandioca	Banana	Batata-doce	Algodão	Melancia	Abóbora	Ananas	Trigo	
Area cultivada (ha)	29,950.0	185.0	7,050.0	3,050.0	13,890.0	860.0	3,880.0	35.0	1,050.0	1,650.0	170.0	42.0	61,812.0
Prod. (ton)	42,414.0	166.5	2,739.0	3,448.0	178,620.0	22,490.0	49,751.8	21.6	10,558.3	6,176.0	2,200.0	0.0	318,585.2
Rend. Real	1.5	1.5	1	0.5	13	26	14	0.4	10.2	4	12.5	0.0	84.6
Prod. Global	781,866.0	4,162.5	168,650.0	195,918.0	2,949,076.0	334,335.0	1,029,916.0	262.5	155,426.4	62,912.0	45,950.0	0.0	5,728,474.4

Fonte: Autor do trabalho com base nos dados do SDAE-Chibuto (2013)

Apêndice 2. Evolução da 1ª Época, 2012-2013

	Culturas											Total
	Milho	Arroz	Feijao Nhemba	Amendoim	Mandioca	Banana	Batata-doce	Algodao	Melancia	Abobora	Ananas	
Area cultivada (ha)	24,450.0	132.0	4,912.5	2,455.0	11,085.9	860.0	3,252.0	52.0	537.5	1,287.0	119.5	49,143.4
Prod. (ton)	2,800.4	176.6	4,734.5	1,049.8	140,710.7	12,570.0	8,343.0	3.6	2,062.5	1,504.0	358.5	174,313.5
Rend. Real	0.3	1.5	1	0.5	13	15	6	0.4	5	2	3	47.7
Prod. Global	56,007.00	4,415.63	127,831.50	52,487.50	1,407,107.00	125,700.00	166,860.00	0.00	30,937.50	15,040.00	7,170.00	1,995,116.13

Fonte: Adaptado pelo Autor do trabalho com base nos dados do SDAE-Chibuto (2013)

Apêndice 3. Balanço da 2ª Época agrícola, 2012, no Distrito de Chibuto

	Culturas																Total	
	Milho	F. Vulgar	Batata-Reno	Batata-doce	Tomate	Cebola	Repolho	Pimento	Alface	Couve	Pepino	Cenoura	F. Verde	Alho	Gergilho	F. Mascate		F. Boer
Area cultivada (ha)	28,275.3	5,580.7	10.0	4,606.8	1,552.4	559.0	168.3	153.5	29.2	221.0	17.6	12.9	42.5	516.0	0	571.5	88.0	42,404.6
Prod.(ton)	3,673.2	872.0	418.5	74,480.0	46,950.0	6,720.0	2,064.0	2,156.0	281.8	1,856.0	459.5	62.8	160.0	4,176.0	0	2,292.0	290.0	146,911.8
Rend. Médio Real	0.2	0.4	15	14	30	12	12	14	4.5	8	25	4	4	8	1	4	5	161.1
Prod. Global	51,411.2	50,389.0	8,295.0	1,112,510.0	428,400.0	68,016.0	30,780.0	32,312.0	3,896.1	27,280.0	9,315.0	1,778.8	4,696.0	598,000.0	0	22,128.0	5,800.0	2,455,007.1

Fonte: Adaptado pelo Autor do trabalho com base nos dados do SDAE-Chibuto (2013)

Apêndice 4: Arrolamento de Gado para o ano 2012

PA	Sector	Bovinos	Caprinos	Suinos	Caninos	Asininos	Ovinos
Malehice	Privado	0	0	0	0	0	0
	Familiar	8.033	204	338	125	35	749
	Total	8.033	204	338	125	35	749
Sede	Privado	0	0	0	0	0	0
	Familiar	15.148	1.398	519	442	188	2.819
	Total	15.148	1.398	519	442	188	2.819
Chaimite	Privado	3.195	200	52	0	30	315
	Familiar	22.583	1.371	749	995	161	5.223
	Total	25.778	1571	801	995	191	5538
Geral	Privado	3.195	200	52	0	30	315
	Familiar	45.764	2973	1606	1562	384	8791
	Total	48.959	3173	1658	1562	414	9106

Fonte: Adaptado pelo Autor com base nos dados do SDAE-Chibuto (2013)

Apêndice 5: FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA AS FAMILIAS RURAIS

DADOS DE ENTREVISTA

<p>Data: ____/____/____</p> <p>Horário: _____</p> <p>Nº de Formulário: _____</p>	<p>Observações</p>
----------------------------------------------------------------------------------	---------------------------

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

<p>Nome: _____</p> <p>Posto administrativo: (1.0) Chibuto Sede; (2.0) Malehice; (3.0) Chaimite</p>

CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA

<p>Perfil do Chefe da Família</p> <p>Nome: _____</p> <p>Naturalidade _____</p> <p>Q1. Idade: (1.0) 18 a 35 anos; (2.0) 36 a 59 anos; (3.0) 60 e mais</p> <p>Q1a. Tamanho do A. Familiar: (1.0) ate 8; (2.0) 9 a 14; (3.0) 15 ou mais</p> <p>Q1b. Número de filhos: (1); (2); (3); (4); (5); (Mais de 5) (especificar quantos)</p> <p>Q1c. Nível de escolaridade do Chefe de AF: (1.0) Sem escolaridade; (2.0) Ensino primário; (3.0) Ensino secundário; (4.0) Ensino superior; (5.0) Outro (especificar)</p> <p>Q1d. Sexo: (1.0) Masculino; (2.0) Feminino</p> <p>Q1e. Estado civil: (1.0) Casado; (2.0) Solteiro; (3.0) Viúvo (a)</p> <p>Q2. Exerce outra actividade para além de agricultura? (1.0) Sim; (2.0) Não</p> <p>Q2a. Especificar a outra actividade _____</p>

Q3. Renda monetária mensal total da Família: (1.0) Sem rendimento; (2.0) ½ Salário mínimo; (3.0) Um salário mínimo; (4.0) Dois salários mínimos; (5.0) Três salários mínimos

Q4. Renda mais importante para a manutenção da família: (1.0) Actividade agropecuária própria; (2.0) Trabalho em actividade agropecuário de terceiros; (3.0) Outra actividade

Q4a. Especificar outra renda _____

Q5. Recebe auxílio governamental? (1.0) Sim; (2.0) Não

Q5a. Especificar tipo de auxílio _____

PERFIL DA PRODUÇÃO

Q6. Principais produtos vegetais

- a) _____;
- b) _____;
- c) _____;
- d) _____;
- e) _____;
- f) _____;
- g) _____;

Q6a. Produção média

- (Produção media anual): _____
- (Produção media anual): _____
- (Produção media anual): _____
- (Produção media anual): _____
- (Produção media anual): _____
- (Produção media anual): _____
- (Produção media anual): _____

Q7. Principais produtos extrativos: (1.0) Lenha-carvão; (2.0) Madeira

Q7a. Produção média anual _____

Q8. Principais produtos animais: _____

Q8a. Produção media

Q9. Renda anual aproximada da produção: a) Bruta _____; b) Líquida _____

Q10. Que instrumentos usa para produção? _____

Q11. Tamanho total da área planta _____

Q12. Faz uso de técnicas para a conservação do solo? (1.0) Sim; (2.0) Não

Q12a. Especificar as técnicas _____

Q13. Faz o uso de desmatamento e queimadas na área a ser cultivada? (1.0) Sim; (2.0) Não

Q14. Tipos de problemas encontrados na produção: (1.0) Pragas; (2.0) Erosão; (3.0) Falta de água; (4.0) Dificuldade de escoamento; (5.0) Outros

Q14a. Especificar outros problemas _____

Q15. Faz o uso de agrotóxicos? (1.0) Sim; (2.0) Não

Q15a. Especificar o tipo de agrotóxico _____

Q16. Quantidade de pessoas que trabalham na agricultura familiar

a) 1 (); b) 2 (); c) 3 (); d) 4 (); e) 5 (); f) Mais de 5 (especificar o numero) ()

Q17. Quantidade de pessoas que trabalham na agricultura, mas que não fazem parte da família

a) 0 (); b) 1 (); c) 2 (); d) 3 (); e) 4 (); f) 5 (); g) Mais de 5 (especificar o número) ()

Q18. Destino da produção: (1.0) Venda; (2.0) Troca; (3.0) Consumo familiar; (4.0) Outros

Q18a. Especificar o destino _____

Q19. Realiza processamento regular de matéria-prima? (1.0) Sim; (2.0) Não

Q20. Principais produtos adquiridos para o auto-consumo _____

Q20a. Local de compra: (1.0) Mercado local; (2.0) Directo do produtor

Q21. Qual é o gasto mensal aproximado da família na compra de alimentos? _____

Q22. Fonte de crédito: (1.0) Governo; (2.0) ONG's; (3.0) Associações; (4.0) Fonte própria

Q23. Considera a sua família protegida contra o risco de não ter alimentos suficientes para comer? (1.0) Sim; (2.0) Não

Q23a. Se não Porquê? _____

Q24. Considera que possui hábitos alimentares saudáveis? (1.0) Sim; (2.0) Não

PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA VIDA DA COMUNIDADE E DO DISTRITO

Q25. Algum membro da família faz parte da associação? (1.0) Sim; (2.0) Não

Q25a. Nome da associação _____

Q25b. Ocupa ou já ocupou algum cargo na associação? (1.0) Sim; (2.0) Não

Q26. Na comunidade há conflitos? (1.0) Entre os agricultores locais e instituições; (2.0) Entre os agricultores locais e os novos que se instalam

Q27. O que é que seria relevante para a sua permanência neste lugar? _____

Q28. Os jovens têm permanecido na comunidade? (1.0) Sim; (2.0) Não

Q28a. Se saem, qual é o seu destino? _____

Q28b. Qual é o motivo da sua saída? _____

Q29. Quais os hábitos e costumes da sua família que estão se mantendo? _____

Q29a. Porquê? _____

Q30. Quais os hábitos e costumes da sua família que estão se perdendo? _____

Q30a. Porquê? _____

Q31. Quais os hábitos e costumes da sua comunidade que estão se mantendo? _____

Q31a. Porquê? _____

Q32. Quais os hábitos e costumes da sua comunidade que estão se perdendo? _____

Q32a. Porquê?

Q33. Como é que a comunidade tem encaminhado os problemas locais aos órgãos públicos com vista a busca de soluções? _____

Q34. Quais as principais fontes de informação sobre as políticas destinadas ao agricultor familiar e ao meio rural? _____

31. Que problemas enfrenta a agricultura familiar actualmente? _____

**Apêndice 6: FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA OS MEMBROS INTEGRANTES
DOS PROJECTOS COLECTIVOS**

DADOS DE ENTREVISTA

Posto Administrativo /Localidade _____ Data: ____/____/_____ Horário: _____ N° de Formulário: _____	Observações
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

1. Nome: _____

2. Distrito ou Posto administrativo de origem: _____

3. Nível de Escolaridade:

a) Sem escolaridade ()

b) Ensino primário I ciclo ()

c) Ensino Primário II ciclo ()

d) Ensino secundário I ciclo ()

e) Ensino secundário I ciclo ()

f) Nível superior ()

g) Outros (Especificar) () i) _____

4. Nome da instituição/organização _____

5. O cargo que assume _____

6. Há quantos anos trabalha? _____

7. Quem participa na organização e quais os requisitos para fazer parte da organização?

CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO/INSTITUIÇÃO

8. Quando é que foi fundada a organização? _____

9. Que objectivos levaram à fundação da organização? _____

10. Que actividades principais foram realizadas pela organização desde a sua fundação?

11. Quais são as prioridades actuais da organização? _____

12. Que problemas enfrenta a organização? _____

13. Como é que está estruturada a organização? _____

14. Na sua percepção, notam-se alguns conflitos e alianças na organização?

a) Sim (especificar) _____

b) Não ()

15. Qual é o espaço de actuação da organização (âmbito territorial e social)? _____

REPRESENTAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O TERRITÓRIO

16. Eixo em torno do qual gira a actuação da organização

- a) Cadeias produtivas ()
- b) Agricultores ()
- c) Promoção das mulheres ()
- d) Outros (especificar) _____

17. Quais os interesses internos da organização? _____

18. Essas esferas de actuação da organização são satisfatórias?

- a) Sim ();
- b) Não (porque?) _____

19. Que efeitos têm a actuação da organização sobre a localidade?

- a) Ordenamento do território _____
- b) Actividades económicas _____
- c) Manutenção dos recursos naturais _____
- d) Bem-estar da população _____

20. Que problemas a actuação da organização enfrenta na localidade e como busca resolvê-los? _____

21. Quais os planos futuros da organização para melhor cumprir os seus objectivos?

IMPORTÂNCIA DE AGRICULTURA PARA O DISTRITO

22. Que opinião tem sobre a evolução do meio rural desde o ano 2000? _____

23. Quais seriam as características adequadas para ser um bom agricultor actualmente? _____

24. Quais as consequências dessa evolução para os jovens? _____

25. Quais os principais problemas ligados a agricultura no distrito? _____

26. Continuando desta maneira, como será o meio rural nos próximos anos? _____

AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

27. O (a) Senhor (a) considera que a agricultura interfere no meio ambiente?

a) Sim (); i) Como? _____

b) Não (); ii) Porquê? _____

28. Há algum tipo de conflito entre as acções de controlo ambiental e a prática agrícola?
(Explicar) _____

AGRICULTURA E SOCIEDADE

29. Como a agricultura contribui para a dinâmica social e a qualidade de vida do distrito?

30. Especificamente, de que forma a agricultura contribui para:

a) Segurança alimentar: _____

b) Reprodução socioeconómica: _____

c) Manutenção do tecido sócio cultural: _____

d) Manutenção dos recursos naturais: _____

MODELO DE AGRICULTURA

31. Que modelo seria ideal para a agricultura e para o desenvolvimento rural?

a) Que tipo de agricultor seria ideal para tal modelo? _____

32. Que transformações deveriam ser empreendidas para que se aproximasse desse ideal até 2015? _____

33. Como as políticas públicas e as organizações da região deveriam se ajustar para tais transformações? _____

FORMA DE INTERVENÇÃO

34. Como o (a) Senhor (a) procura intervir para que o modelo seja implantado?

36. Quais os limites dessas intervenções? _____

37. Para o (a) Senhor (a) qual seria a instância de poder mais adequada para as eventuais mudanças? _____

REPRESENTAÇÕES SOBRE POLÍTICA E SOCIEDADE

38. Que políticas de âmbito nacional têm interferido na dinâmica local? _____

39. Que avaliação faz sobre essas políticas? _____

40. Na sua opinião, quais as principais demandas da população rural para a melhoria da sua qualidade de vida? _____

41. Como as políticas nacionais se reportam em relação a esses interesses locais? _____

a) Há convergências ()

b) Há conflitos ()

c) Há disputas ()

42. Que sectores da sociedade destacaria como sendo os mais importantes para o desenvolvimento local? _____

43. Que instituições ou organizações destacaria como importantes para liderar um processo de desenvolvimento local? _____

Fonte: Adaptado do roteiro de entrevistas elaborado por ALLES (2005) e nas questões sugeridas por CAZELLAS, et al (2009)

ANEXO

Anexo 1. Parceiros de cooperação do SDAEC

Ordem	Parceiro	Nº. Técnicos	Localização	Actividade
1	Save the Children	2	Chaimite	Apoia na produção Escolar
2	Visão Mundial	5	Malehice, Godide e Alto Changane	Produção de culturas diversas com enfoque para o aproveitamento de baixas para a produção de hortícolas.
3	CCM	3	Changanine	Produção agrícola e actividades visando a conservação de água, conservação de produtos alimentares.
4	ADS	1	Changanine	Produção agrícola
5	ITC ORAM	0	Distrito	Formalização de associações
6	Samaritana	1	Chaimite, Posto Sede e Malehice	Produção de frangos de corte, 26 grupos locais foram capacitados e estão a produzir, onde pela importância da actividade já há réplica, com 5 capoeiras construídas. Estes trabalhos beneficiam cerca de 130 produtores dos postos de Malehice, sede e Tchaimite.
7	Cruz Vermelha de Moçambique	2	Distrito	Produção agrícola
8	Kyeema	0	Chaimite, Posto Sede, Godide, Alto Changane e Changanine	Vacinação de galinhas contra a doença de Newcastle
9	Madricil	1	Malehice	Processamento de castanha de caju
10	Vilas de Milénio	1	Posto Sede	Produção agrícola
11	World Relief	2	Tchaimite	Produção de hortícolas, uma associação de 20 membros está a produzir tomate numa área de 4 hectares, usando o sistema gota a gota.
12	ATEDECO	0	Godide	Produção agrícola e uso de terra
13	África Works	1	Tchaimite	Produção agrícola Está a potenciar duas associações de 70 membros em Tchaimite na produção de hortícolas e feijão vulgar.
Total	13	18		

Fonte: SDAE – Chibuto, 2012